



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPUS PEDREIRAS
CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS

LIZANDRA KELLY MARTINS PEREIRA

MATERNIDADE DA MULHER PRETA: uma leitura da maternagem de Carolina Maria
de Jesus em *Quarto de Despejo – diário de uma favelada*

Pedreiras – MA
2025

LIZANDRA KELLY MARTINS PEREIRA

MATERNIDADE DA MULHER PRETA: uma leitura da maternagem de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de Despejo – diário de uma favelada*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira

Pedreiras – MA
2025

Pereira, Lizandra Kelly Martins.

Maternidade da mulher preta: uma leitura da maternagem de Carolina Maria de Jesus em Quarto de Despejo – diário de uma favelada / Lizandra Kelly Martins Pereira. - Pedreiras - MA, 2025.

52 f.

Monografia (Graduação em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Pedreiras, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira.

1. Literatura negra. 2. Escrivência; Maternidade. 3. Carolina Maria de Jesus.
I. Título.

CDU: 81-055.2

LIZANDRA KELLY MARTINS PEREIRA

MATERNIDADE DA MULHER PRETA: uma leitura da maternagem de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de Despejo – diário de uma favelada*


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras
- Língua Portuguesa e Literaturas como requisito
parcial para a obtenção do grau de licenciada em
Letras.

Aprovado em 18_____de dezembro de 2025.

Nota: 10,00_____


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente

 **RUBENIL DA SILVA OLIVEIRA**
Data: 15/01/2026 09:15:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
Orientador

Documento assinado digitalmente

 **FRANCINALDO PEREIRA DA SILVA**
Data: 15/01/2026 10:30:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Francinaldo Pereira da Silva
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
1º Avaliador

Documento assinado digitalmente

 **WELIDA MARIA GOUVEIA SILVA**
Data: 16/01/2026 09:08:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Ma. Wélida Maria Gouveia Silva
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
2ª Avaliadora

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso ao Senhor Deus, pois a Ele devo toda a honra e, que nos dias mais difíceis tem me sustentado até o presente momento. A cada etapa tem me mantido de pé e me dado a força para conseguir realizar este tão esperado sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser meu sustento diário, minha força nos momentos difíceis e a luz que guiou cada passo desta caminhada. Sem Sua presença, nada disso seria possível. Agradeço profundamente à minha família, que sempre acreditou em mim. Cada gesto de carinho, cada palavra de apoio e cada demonstração de amor foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Vocês são a minha base, meu porto seguro e a razão pela qual sigo em frente. Às minhas amigas, deixo minha gratidão sincera. Obrigada por cada conversa, cada abraço e cada momento de parceria que tornaram esta trajetória mais leve e mais bonita. Em especial, deixo meu agradecimento à minha amiga Ana Clara, cuja presença, incentivo e parceria foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Agradeço também às minhas colegas de sala, por cada troca de conhecimento, pela força compartilhada e por caminharmos lado a lado nesta etapa tão importante. A convivência com vocês fez toda a diferença. A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para que este trabalho se tornasse realidade, deixo meu mais profundo e carinhoso agradecimento.

“Aconselho o povo a ler, a leitura, é o adubo da alma, fortificar o caráter. É o que é forte triunfa.”

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Na escrevivência da obra de Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de despejos: diário de uma favelada* (1960), é visível a dura rotina da maternidade solo, onde a mãe sustenta os filhos com total dedicação. A autora também aborda a influência da ordem patriarcal, que impõe a noção de mulher incapaz, fazendo-a crer que depende da presença masculina para alcançar estabilidade financeira e emocional. Esse trabalho teve por objetivo analisar a maternidade e maternagem na obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, por meio de estudos bibliográficos realizados pela base de dados do Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES a partir da consulta do livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960). Em sequência, foi analisado a forma como a autora relata seu cotidiano sendo uma mãe periférica. Como resultado da pesquisa, pode trazer relevâncias acerca da maternidade e maternagem para uma mãe-solo negra e periférica, sob o racismo e a forma como luta para dar uma qualidade de vida melhor para seus filhos.

Palavras-chave: Literatura negra; Escrevivência; Maternidade; Carolina Maria de Jesus.

ABSTRACT

In the lived experience of Carolina Maria de Jesus's work, *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (1960), the harsh routine of single motherhood is evident, where the mother supports her children with total dedication. The author also addresses the influence of the patriarchal order, which imposes the notion of women as incapable, leading them to believe that they depend on male presence to achieve financial and emotional stability. The objective of this work was to analyze motherhood and mothering in the work *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, by Carolina Maria de Jesus. This is quantitative research, through bibliographic studies carried out using the database of the Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, based on the consultation of the book *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (1960). Subsequently, the way in which the author recounts her daily life as a mother from the periphery was analyzed. As a result of the research, it may bring relevant insights into motherhood and mothering for a Black single mother from a marginalized community, focusing on racism and how she struggles to provide a better quality of life for her children.

Keywords: Black literature; Writing from lived experience; Motherhood; Carolina Maria de Jesus.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	MATERNIDADES NA LITERATURA: do conceito à revisitação historiográfica...	13
2.1	Afinal, o que é maternidade?	13
2.2	A maternidade negra: da ama-de-leite à mãe-solo	17
3	ESTEREÓTIPOS DA MATERNIDADE: do real à ficção	23
3.1	Mulher e maternidade: identidades da maternidade negra	23
3.2	A solidão da maternidade negra	29
4	MATERNIDADE NEGRA EM CAROLINA MARIA DE JESUS	33
4.1	Carolina Maria de Jesus e a escritura autobiográfica	33
4.2	Apontamentos sobre a maternidade em Quarto de despejo - diário de uma favelada	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

Sob o olhar maternal, a pesquisa trabalha e revela os fatores históricos de épocas passadas até a contemporaneidade de tempos atuais. Conforme a definição do dicionário, a palavra 'mãe' é a mulher ou fêmea que deu nascimento a um ou mais filhos. Essa consideração exige que ela gere e dê a luz, o que a transforma em alguém cujo papel é gestar e fornecer cuidados exclusivos e individuais à sua criança, sendo responsável por uma criação de qualidade ao longo de toda a vida.

A ideologia patriarcal, alimentada pela religião e pela limitação educacional, estabeleceu por muito tempo que as mulheres eram seres inferiores e mais dependentes. Essa mentalidade, ao impor papéis de gênero rígidos, relegou-as a uma posição de desvantagem e as colocou numa função de incapacidade. Essa noção de inferioridade também se refletiu na literatura. Nela, visto que a literatura era dominada por homens brancos e de classe alta até o século XIX, as personagens femininas eram, na maioria das vezes, relegadas a funções de apoio.

Em busca por seus objetivos e desejos era irrelevante e impossível, restando apenas a sobrevivência sem sonhos por algo maior e libertador. Apesar disso, as mulheres são condicionadas a realizar a maternidade como um desejo imposto, que é muitas vezes praticada sem convicção, apenas pela função que lhe é atribuída por uma pressão social arcaica, levando-as a imaginar que suas habilidades eram somente de gestar e manter uma criação correta à seus filhos.

Consequentemente, a forma como a maternidade é exposta à mulher interfere em sua própria identidade como ser humano. Ela perde o domínio e o sentido da sua vida, o que se dissocia do desejo inicial de ser mãe, além de ser privada da capacidade de criar e vivenciar momentos únicos com seus filhos. A sociedade impõe a feminilidade através da expectativa de que a mulher queira se responsabilizar por uma vida que exige cuidados.

Mulheres brasileiras, com suas variadas origens, usam as mídias sociais para divulgar suas experiências como mães. O que é compartilhado é um espelho do que elas consideram ser a maternidade, um conjunto de crenças e valores. A maneira como cada mulher enxerga a maternidade é forjada por suas experiências individuais tanto por questões familiares, educacionais e sociais. Essa concepção influencia na vida, o que faz ter uma visão sobre a maternidade acerca da sociedade (Sousa, 2020).

Vasconcelos (2019) realiza uma análise minuciosa ao se tratar dos questionamentos as demonstrações de afeto, como carinho e preocupação, que devem ser feitas sem ignorância ou brutalidade. É notória a dificuldade masculina em assumir seu papel de forma planejada, já que

não foram ensinados a amar ou a gerir sentimentos. Isso deriva de um pensamento machista que associa a demonstração de fragilidade à perda de masculinidade. Apesar de vivenciarem a vulnerabilidade como qualquer indivíduo, os homens se calam sobre suas preocupações futuras.

As habilidades de criação não são esperadas dos pais na mesma medida que das mães, por causa de fatores que abalam a virilidade enraizada no ideal de ser um pai presente na vida do filho. Essa postura indica a falta de preparo em relação à paternidade e a omissão na responsabilidade como genitor. Atinge a saúde mental, deixando o emocional desestruturado por parte do abandono parental de forma significativa de suas crianças.

A imaginação idealizada da maternidade leva as mulheres a desenvolverem conflitos emocionais, carregando o peso da responsabilidade que se manifesta como fraqueza e a ansiedade de falhar ou de ser uma mãe insuficiente. Socialmente, a feminilidade é definida pelo desejo de ser mãe, uma noção problemática, visto que essa concepção já não reflete o emocional de muitas mulheres. Quando a mãe não possui uma rede de apoio consolidada, o trabalho e o lazer se tornam dispersos, o que pode levar à desistência do ato de conceber uma nova vida.

Ainda, o presente trabalho discute sobre amas-de-leite e as características e particulares de uma mãe-solo. A concepção histórica da mãe negra sempre incluiu a figura do cuidado e do acolhimento. No entanto, a rotina sofrida, pautada no desemprego, na desigualdade social e nas tensões raciais, afeta o desenvolvimento e a educação de seus filhos. Observando a evolução cronológica da legislação brasileira, fica evidente a ineficácia da implementação dessas normas, especialmente no que se refere às populações em situação de vulnerabilidade.

No período escravagista, o casamento era proibido, mas a maternidade, obrigatória. Para as mulheres negras, a maternidade era reduzida à função de cuidado e responsabilidade exclusiva. Como não era mantidas como ser humano e, visualidade sem sentimentos. O matrimônio era negado, pois foram trazidas de seus países para a escravidão e o sofrimento, sendo compelidas a abandonar seus filhos para cuidar da família e da casa dos donos de Casarões.

Segundo Lélia Gonzalez (2020), na obra literária *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* as mães pretas assumiam as obrigações completas na criação dos filhos das senhoras da Casa Grande: amamentação, higiene, vestuário, educação e instrução verbal. O ponto contraditório é que essas eram exatamente as funções tidas como determinantes para o merecimento do status de mãe.

A rotina das amas-de-leite era invisibilizada, sendo valorizada apenas pela amamentação, e não pela sua postura maternal e zelo essenciais. Elas eram vistas como

obrigadas a múltiplas funções, além de nutrir: eram cozinheiras, lavadeiras e cuidadoras, sem que lhes fosse concedido o direito à fala ou à liberdade.

Na escrevivência da obra de Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de despejos: diário de uma favelada* (1960), é visível a dura rotina da maternidade solo, onde a mãe sustenta os filhos com total dedicação. A autora também aborda a influência da ordem patriarcal, que impõe a noção de mulher incapaz, fazendo-a crer que depende da presença masculina para alcançar estabilidade financeira e emocional.

A partir desse pressuposto, o objetivo geral deste trabalho é analisar a maternidade e maternagem na obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus. Dentro dos objetivos específicos são caracterizados a identificação das marcas da maternidade negra em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus; descrição da maternidade na obra de Carolina Maria de Jesus; e na discussão a respeito dos estereótipos da maternidade e maternagem em seu livro.

Mediante ao tipo de pesquisa é classificado na metodologia qualitativa, por meio de estudos bibliográficos a partir da consulta do livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960) de Carolina Maria de Jesus, livros, artigos científicos realizados pela base de dados do Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que possibilitem a afirmação da discussão gerada. O corpus escolhido para análise foi o livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960) de Carolina Maria de Jesus. Foi realizada uma análise baseada em estudos bibliográficos e pela obra literária *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960) de Carolina Maria de Jesus para descrever os estereótipos em conformidade à maternidade e maternagem negra.

Os dados foram coletados a partir de pesquisas bibliográficas e, através do livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960) de Carolina Maria de Jesus. Em sequência, foi analisado pela forma de como a autora relata seu cotidiano sendo uma mãe periférica. O estudo tem como objetivo a análise da realidade do termo maternidade e maternagem diante da escrevivência de Carolina Maria de Jesus.

2 MATERNIDADES NA LITERATURA: do conceito à revisitação historiográfica

2.1 Afinal, o que é maternidade?

Conforme o dicionário da língua portuguesa, 'mãe' refere-se a uma mulher ou fêmea que foi responsável pelo nascimento de um ou mais filhos. Sendo assim, a demonstração de considerá-la como mãe, necessita gerar e parir um filho, o que a transforma num ser humano para gestar e prestar cuidados exclusivos e privados somente da sua criança, encarregada da criação de qualidade para uma vida inteira (Aurélio, 2014, p. 479; Farias, 2024).

Segundo Colling (2016, p. 24), a definição de mulher é distorcida ao longo dos anos, sem caracterizar-se na relevância da importância do bem-estar geral dela. Ligado aos estereótipos preconceituosos e à linha de julgá-las, faz com que impossibilita de realizar desejos pessoais e, também de atuar como voz social:

As representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos: a mãe, a esposa dedicada, a “rainha do lar”, digna de ser louvada e santificada, uma mulher sublimada; seu contraponto, a Eva, debochada, sensual, constituindo a vergonha da sociedade. Corruptora, foi a responsável pela queda da humanidade do paraíso. Aos homens o espaço público, político, onde centraliza-se o poder; à mulher, o privado e seu coração, o santuário do lar. Fora do lar, as mulheres são perigosas para a ordem pública. [...] Estes limites da feminilidade, determinados pelos homens, são uma maneira clara de demarcar a sua identidade. Como se a mistura de papéis sociais lhes retirasse o solo seguro. (Colling, 2016, p. 24).

A visão patriarcal, influenciada por elementos como a religião e a educação restrita, estabeleceu historicamente a ideia de que as mulheres seriam inferiores e mais dependentes. Por meio da imposição de papéis de gênero, essa mentalidade relegou as mulheres a uma posição de desvantagem em relação aos homens e ser consideradas incapazes. Essa percepção de inferioridade também se infiltrou na literatura. Nela, até o século XIX, as obras eram predominantemente escritas por homens brancos de classe alta, o que resultou em personagens femininas frequentemente relegadas a papéis secundários, reduzidas a estereótipos e sempre vistas através da lente masculina (Fernandes; Nogueira, 2025).

Dessa maneira, a mulher era levada a um cenário para servir ao homem, afastando-a da sociedade, de experimentar fases e oportunidades, sem poder estabelecer suas vontades e muito menos na liberdade de expressão. A ânsia de buscar objetivos se tornavam irrelevantes, o que suportava viver sem ter sonhos para almejar. Todavia, as mulheres são criadas para cumprir e carregar a maternidade como desejo, mesmo uma prática realizada sem empenho, pela

funcionalidade atribuída à pressão social de maneira arcaica, o que enfatiza as autoras Marli Marlene Moraes da Costa e Etyane Goulart Soares:

A maternidade, exercida como forma de controle do feminino, alienou as mulheres de seus próprios corpos ao mantê-las neles encarceradas, principalmente ao não lhe garantir a escolha entre exercer ou não a árdua tarefa de ser mãe e cuidadora. Instituiu-se uma identidade forçada e não uma experiência voluntária, vivida pelo desejo da mulher, ou eventualmente, do casal. (Costa; Soares, 2022, p. 371).

Por conseguinte, a exposição à mulher relacionado a maternidade interfere na própria identidade como ser humano. Perde o domínio e o sentido da sua vida, desassocia ao ato almejado de ser mãe, além de privar a capacidade de criar e, vivenciar momentos únicos com seus filhos. A sociedade dita a feminilidade pelo pensamento da mulher de querer se responsabilizar ou não por uma vida que precisa de cuidados.

A carga dessa responsabilidade solitária é tema recorrente em diversos personagens dos contos de mulheres como Conceição Evaristo e Dina Salústio. No conto “Liberdade Adiada” (1999), de Salústio, evidencia como a maternidade requer bem-estar físico e mental, além de estar financeiramente estável e ter uma rede de apoio, pois a sobrecarga chega a transparecer no olhar através do cansaço. Apresenta uma personagem que, prestes a dar à luz, com uma lata d'água na cabeça e, considera pular à beira do abismo, entretanto é impedida pela lembrança dos filhos que a aguardam em casa:

Sentia-se cansada. A barriga, as pernas, a cabeça, o corpo todo era um enorme peso que lhe caía irremediavelmente em cima. Esperava que o coração lhe perfurasse o peito, lhe rasgasse a blusa (...) Imaginou os filhos que aguardavam e que já deviam estar acordados. Os filhos que ela odiava! (...) At'irar se-ia pelo barranco abaixo. Não perdia nada, nunca teve nada a perder (...) à borda do barranco, com a lata de água à cabeça e a saia batida pelo vento, pensou nos filhos e levou a mão ao peito. O que tinha a ver os filhos com o coração? Os filhos...como ela os amava, nossenhora! (Salustio, 1999, p.8).

A preocupação da personagem é expressa através de metáforas que envolvem o corpo e a paisagem. Por exemplo, a frase “o coração lhe perfurasse o peito...” ilustra a dor física e emocional; já a imagem do “barranco olhava-a, boca aberta, num sorriso irresistível...” sugere que as normas patriarcais, ao oprimirem o corpo feminino de maneira tão violenta, fazem a morte parecer um refúgio ou um convite agradável. Ademais, os trechos ressaltam os conflitos de sentimento em relação aos filhos, resultado das inúmeras e solitárias responsabilidades da maternidade, que se manifestam de forma concisa.

Em um contexto brasileiro, mulheres de diferentes origens usam as mídias sociais como uma plataforma para compartilhar suas experiências como mães. O que elas compartilham é um reflexo do que entendem por maternidade, um conjunto de valores e crenças que moldam sua visão sobre o assunto. A maneira como uma mulher enxerga a maternidade é construída por diferentes experiências de vida, incluindo a família, a educação e o convívio social. Essa concepção individual afeta diretamente o papel que a maternidade desempenha em sua vida e, ao mesmo tempo, sua percepção sobre a maternidade na sociedade. (Souza, 2020).

A irresponsabilidade paterna é uma marca forte nessas narrativas. É comum ver, tanto nos textos quanto na sociedade, que os homens escapam das consequências de abandonar suas obrigações como pais. Direciona a lógica de mostrar como o gênero masculino não carregam o gesto de cuidar e proteger. De forma similar ao que Djamila Ribeiro comentou, nenhum homem é punido ou questionado (Vasconcelos, 2019).

Por esta análise da autora, indaga as demonstrações de afeto, principalmente pela forma de estabelecer carinho e preocupação sem tratar os filhos com ignorância e brutalidade. Planejar, traçar e posicionar-se no papel que pertence para eles é difícil, pois não foram ensinados a amar, administrar seus sentimentos, o que tem um pensamento machista de tornar menos homem por conta de mostrar fragilidade. Assim como qualquer indivíduo, os homens também têm momentos de vulnerabilidade, porém se recuam quando se trata de falar seus anseios sobre o futuro.

A romantização da maternidade objetiva o ideal feminino que desconsidera as subjetividades e as opressões das mulheres, cobrando delas uma dedicação exclusiva para os filhos. É empregado o afastamento da rotina desde a gestação para cumprir a fundamentação da cultura materna. Essa exigência é nitidamente desigual em relação aos pais, dessa maneira traz a tona o assunto de abandono parental (Caporal *et al.*, 2017).

A perspectiva de habilidades diante da criação não a mesma aos pais, por fatores que abalam a masculinidade viril enraizada no contexto de ser pai presente em toda a trajetória da criança. Tal conduta mostra a ausência de preparo relacionado a paternidade e na prestação de responsabilidade como genitor.

A maternidade é uma questão sobre a qual todas as mulheres irão refletir em algum momento da vida. Aquelas que querem ser mães e aquelas que não querem, sofrem uma cobrança social a respeito do tema. Por razões culturais, sociais e históricas, ser mãe se tornou algo quase obrigatório, e por isso, muitas mulheres se sentem culpadas por não quererem ter filhos ou por sentirem dúvidas e medos em relação à maternidade, mesmo quando a desejam (César; Loures; Andrade, 2019).

O retrato da condução de imaginação leva às mulheres a gerarem conflitos internos, o peso da responsabilidade forma fraqueza e, a ansiedade de não se doar por completo, principalmente de ser uma mãe ruim. Para a sociedade, a feminilidade nasce quando o desejo de se tornar figura materna brota no coração, uma problemática ao futuro, porque essa concepção já está se desconfigurando do emocional de muitas mulheres. O trabalho e lazer se dispersa quando se é mãe e não tem uma rede de apoio consolidada, motiva a desistência desse ato de conceber uma nova vida.

De acordo com Forna (1999), a maior parte das responsabilidades e da experiência da maternidade continua a ser das mulheres. Isso reforça a necessidade de que elas tenham voz e se expressem sobre tudo o que é falado e, principalmente, decidido a respeito da experiência materna (Vasconcelos, 2019). Em vista disto, atualmente tem-se mudado essa afirmação aos poucos, pois a jornada em relação a essa temática fortalece outras mulheres, o que antes era visto como sentimento de culpa e de responsabilidade estão desvinculando-se através da expressão diária das mães, principalmente pelas redes sociais. A exposição de diferentes realidades faz com que elas se sintam representadas e ouvidas diante de seus relatos e desafios.

Na literatura, pela descrição masculina, a maternidade era frequentemente retratada de forma semelhante ao lado religioso, da Virgem Maria. A teoria por trás desse pensamento defende que a "construção da imagem feminina a partir da natureza e de suas leis faz com que a mulher seja designada como naturalmente frágil, bela, submissa, meiga, entre outras características (Farias, 2024).

Partindo desse ponto, abre-se um leque de possibilidades em desumanizar todas as outras mulheres que não condizem a esse perfil. Comportamentos, jeitos, objetivos e ideias de vivenciar uma realidade diferente de suas antecessoras, desvinculam da conduta de mãe, além da modernidade e mudanças de planos. As opiniões de épocas passadas se transformaram e mudaram acerca da temática materna, logo, desenvolve relações profundas e baseadas em capacidades para provar que o termo maternidade pode surgir novos significados.

Segundo a autora Elisabeth Badinter (2011) em seu livro, *O conflito: a mulher e a mãe*, afirma o foco das mulheres em seus filhos que levam a desagrupar-se de si para dar atenção ao mais novo membro da família. Em primeira instância, acontece a mudança de comportamento, principalmente tratando do aleitamento materno:

A vigilância materna se estendeu de maneira ilimitada. Não havia hora do dia ou da noite em que a mãe não cuidasse sozinha, carinhosamente de seu filho. Quer estivesse em boa saúde ou doente, ela devia permanecer vigilante. Se, porém, ela adormecia, estando o filho enfermo, eis que se sentia culpada do maior dos crimes maternos: a negligência. (Badinter, 2011, p. 211).

Portanto, é perceptível a reação das mulheres a partir do momento em que descobrem sua gestação, as modificações ficam aparentes somente pela mãe e nunca pelo seu companheiro. Os pensamentos antigos são interrompidos, levando a entender por muitas mulheres que a maternidade é um fardo a ser carregado, e que ela deve ser a principal cuidadora, mesmo que tenha uma rede de apoio concreta, mostra que no final sempre vai ser a mãe pelo seu filho. Assim, a jornada se torna pesada, o que ocasiona conflitos constantes e indagações se está sendo ou não uma mãe exemplar.

Todas as qualidades de mãe que são impostas pela sociedade, estabelece a capacidade de querer ter superpoderes, e acaba afetando sua vida. Esse contexto interfere no bem-estar físico e mental. Totaliza na vida pessoal e profissional inadequada, pois é submetida a buscar a perfeição maternal sem querer auxílio quando é oferecido. Demonstra força, resiliência e disposição, no árduo esforço para ofertar aquilo que sua criança merece.

A realidade no início da maternidade é atravessada pela perda de sono, alimentação incorreta e principalmente a ausência de autocuidado, desestruturando o lado humano, o que faz imaginar no abandono, caso deixe-o com alguém, mesmo que de sua confiança. Esses fatores estão inteiramente ligados a superproteção, associado a desfiguração do lado mulher ao lado mãe.

2.2 A maternidade negra: da ama-de-leite à mãe-solo

Baseado no mito da fragilidade feminina, para representação materna, criou a imagem referenciada da mulher branca: casta, religiosa e perfeita para o casamento. Com isso, elas se tornavam as respeitadas mães de família e senhoras dos casarões. Porém, a maternidade dessas mulheres se resumia à gestação, pois todas as tarefas de maternagem e cuidado eram executadas pelas mulheres negras, as mães pretas (Farias, 2024).

Pela concepção da maternidade negra, seguindo fatos históricos sempre existiu uma figura de mãe negra sobre os cuidados e desejos de acolher. Entretanto, a sofrida rotina de lidar com o desemprego, desigualdade social e relações raciais afetam diretamente no comportamento e educação dos seus filhos. Baseado na ordem cronológica da evolução de leis e normas regulamentadas no Brasil, é notório observar falhas destas implementações, sobretudo em populações vulneráveis.

O sistema trabalhista oprime as mães a afastar-se de seus familiares devido ao excesso de horas de serviço, incluindo também a falta da rede de apoio. O afeto deve ser cultivado diariamente, com o laço materno, os filhos percebem a demonstração de carinho, compromisso

e saber com quem contar em quaisquer circunstâncias. Isso reflete de forma negativa na criação das crianças de mulheres negras, pela ausência de vínculos e momentos oportunos encarregados ao benefício.

A obra “*Amada*” de Toni Morrison (2007), trata de tópicos delicados que, em tempos escravagistas e na construção de uma nova sociedade é capaz de enfatizar vivências de papéis desempenhados por mulheres da época, a fim de mostrar sentimentos à resistência e luta. No decorrer do livro, a autora discorre sobre o casamento e a concordância de engravidar ou não consoante observado em:

Inevitavelmente, estas ideias me levaram à história diferente das mulheres negras neste país – uma história na qual o casamento era desestimulado, impossível ou ilegal; em que era exigido ter filhos, mas ‘ter’ os filhos, ser responsável por eles – ser, em outras palavras, mãe deles – era tão fora de questão quanto liberdade (Morrison, 2007, p.11).

O casamento, durante o período escravagista não era algo para ser pensado, entretanto o fato de ser mãe era obrigatório. O termo maternidade às mulheres negras se refere a atitude de cuidado, responsabilização e especificação de uma só função. Em relação ao matrimônio era descartado, pois já eram trazidas de seus países para serem escravizadas e sofrer, abandonando seus filhos para criar os filhos dos donos de Casarões.

Seguido pelo raciocínio de Chinelato (2020), quando se refere da obra *Compaixão* (2009), Morrison compara duas particularidades e condutas da maternidade: a primeira por uma mulher branca e, a segunda experiência por uma mulher negra, desassociada do direito de maternidade, arrancada de sua família para ser escravizada.

Resende (2017), destaca que no século XVIII, mães não podiam trocar carícias e dar afeto as crianças, pois eram considerados a fraqueza e pecado pela sociedade. Em conformidade a Badinter (2011), reitera que as mães não podiam amamentar com entusiasmo, porque perderiam seus filhos. Além disso, segundo a autora, os religiosos observavam o contato amoroso e físico entre mãe e filho, era visto como sensualidade e má educação.

Desde a Idade Média ao final do século XVII, em relação as famílias nobres, as crianças ficavam pouco tempo conectadas aos seus pais. Pela temporalidade de costume daquela época, tinham como prática entregar o recém-nascido a uma ama-de-leite logo após seu nascimento, para uma mulher negra (Resende, 2017).

Em *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, livro de Lélia Gonzalez (2020), às mães pretas assumiam as responsabilidades de amamentação, higiene, vestuário, educação, contação de histórias e instrução verbal dos filhos das senhoras

da Casa Grande. Tais tarefas eram, contraditoriamente, as mesmas que se definia como essenciais para merecer o status de mãe. A escritora afirma quem realmente merecia receber a designação de mãe, como evidenciado em: “Torna-se a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a ‘mãe preta’ é ‘a mãe’” (Gonzalez, 2020, p. 87).

Entretanto, o corpo social machista e racista não identifica como peça fundamental a mãe preta, mesmo quando se nota em todas as características, na educação e formação pessoal com caráter dos filhos dos brancos. Segue pela mesma lógica de séculos atrás: padrão de esposa correta e maternidade encarregada pela mulher branca. Independe diretamente dela para criar das crianças, pelo hábito e prática adequada, principalmente à mãe primípara.

A invisibilidade da rotina das amas-de-leite era proposta somente pela ação de amamentar e, não como deveria ser colocada como ponto essencial de zelo e postura maternal. A imagem vista como obrigação das funções para além de ofertar fonte de alimento, ser cozinheira, lavadeira e cuidadora de filhos sem ao menos ter direito de fala e liberdade.

Na trama escrita por José de Alencar, *Mãe* (1922), a personagem escravizada Joanna, é descrita para analisar as diferenças e desigualdades sociais: corpo negro feminino e as fragilidades sofridas mediante a representação de força, porém como propriedade e disposição da pessoa branca; variações de um indivíduo feminino e masculino, ao aprisionamento à liberdade. No primeiro momento, pode-se contar com quatro personagens: Gomes, um homem viúvo com dívidas, e sua filha Elisa, que depois da perda da mãe, aprendeu a costurar para ajudar nas contas de casa; e Joanna, escravizada por Jorge. Ela está sempre presente na casa do Sr. Gomes, por motivos de fazer serviços domésticos, afirmado por Elisa, que em um trecho revela a importância de Joanna em sua residência, conforme visto em: “Tu nos serves, como si fosses nossa escrava. Todas as manhãs vens arranjar-nos a casa. Varres tudo, espanas os trastes, lavas a louça e até cozinhas nosso jantar.” (Alencar, 1922, p. 194).

A trama começa a ficar interessante quando a moça indaga Joanna a respeito das visitas constantes em seu lar para realizar afazeres e se seu escravizador tinha conhecimento sobre elas e, como muitos deles desagradara dessas ideias de prestação de serviços. Mas ela o considerava um bom senhor e ela, uma “boa escrava”. O que torna a história misteriosa é pelo fato dele ser seu filho e, declara a Elisa que a amamentou e criou:

Elisa: foste tu que o criaste? Joanna: foi, iaiá. Nunca mamou outro leite sinão o meu... Elisa: e porque elle não te chama – mamãe Joanna? Joanna: de que te espantas? Uma cousa tão natural! Nhonhô não deve me chamar assim!... Eu sou escrava, elle é meu senhor. Elisa: mas é teu filho de leite. Joanna: meu filho morreu!

Entretanto, a renúncia pelo reconhecimento habilidoso da capacidade de ser mãe, proclama o quanto consegue ser amorosa, mesmo sendo escravizada, presa, era a forma de demonstrar esse afeto e carinho por um filho não gestado por ela, e mesmo assim, apresentava o ato materno, pela representação de “vocação” ou considerada como um “propósito sagrado”.

Em sequência, Carneiro (2006), na referida abnegação fortalece a figura da mulher africana, marcada por ser cativa, reprodutora e nutriz. Significa que faz o trabalho forçado e incansável, a brutalidade da sua própria maternidade impedida e, por conseguinte, a formação de corpos com utilidades e funcionais. Eram tidas como "mães pretas" aquelas que, por sua docilidade e utilidade, eram consideradas adequadas para desempenhar a maternidade em nome de outrem. Essa imagem se diferenciava radicalmente de outras mulheres negras, vistas pelo "ardor do sangue africano" como "sedutoras, viciosas, incivilizadas e devassas". Essas últimas eram culpabilizadas pela quebra da norma sexual, por condutas promíscuas e pela deterioração da raça e dos costumes brasileiros.

A maternidade na contemporaneidade é um campo de estudo intrincado que exige uma compreensão ampla e aprofundada de todas as facetas envolvidas em sua construção social. É fundamental, portanto, afirmar que a maternidade está ligada a construção social e que seus significados e representações são moldados por fatores culturais. Ao abordar a maternidade de mulheres negras, é crucial reconhecer que elas lidam com opiniões e desafios singulares.

Historicamente, essas mulheres foram marginalizadas e expostas a uma série de violências e discriminações, realidades que são temáticas recorrentes em produções literárias (Farias, 2024).

Em *Quarto de despejos: diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus, esclarece em vários trechos de sua obra, enfatizando a opressão masculina sobre a maternidade, preconceito e violência. Visto que a desigualdade social é um dos fatores agravantes para tal prática, principalmente às condições socioeconômicas as margens da discriminação e insalubridade: “O Anselmo apareceu aqui em 1950 com uma mulher que estava grávida. Quando a mulher deu a luz, um menino, ele começou maltratá-la. Ela estava de dieta e ele lhe expancava e lhe expulsava de casa. Ela chorava tanto que o leite secou”. (Jesus, 2020, p. 102).

A narrativa do trecho acima expõe as mais variadas maneiras de violências, seja verbal, emocional ou física e impossibilita de vivenciar o lado belo da maternidade, oferecendo um cuidado singular acerca da assistência à saúde e seus sistemas. Cabe a ela todos os direitos essenciais para contribuir com os benefícios desde a gravidez até o puerpério. Na falta de consultas periodicamente, aumenta o nível de mortalidade materna e neonatal.

O termo "mãe solteira" foi amplamente utilizado para designar mulheres com filhos fora de uma união conjugal. Essa atividade reflete a expectativa de que a conjugalidade fosse um fator indispensável para que as mulheres pudessem exercer o papel da maternidade perante a sociedade patriarcal e culturalmente entrelaçada a esse pensamento. Quando solteira, a mulher estava subordinada ao pai ou aos irmãos; ao se casar, essa subordinação se transferia para o marido. Isso demonstra que, apesar do status social conferido pelo matrimônio, o desempenho da mulher na união conjugal permanecia de submissão.

A sofrida rotina de lidar com o desemprego, desigualdade social e relações raciais afetam diretamente no comportamento e educação dos seus filhos. Baseado na ordem cronológica da evolução de leis e normas regulamentadas no Brasil, é notório observar falhas destas implementações, sobretudo em populações vulneráveis.

Alguns termos usados pela sociedade são romantizados como por exemplo: "mãe guerreira" e "pãe" – que simboliza a acumulação das atribuições de pai e mãe – evidencia a ausência de participação paterna e, principalmente, a sobrecarga de trabalho de cuidado imposta às mulheres. Embora a Lei de Alimentos e o Código Civil de 2002 reforcem o dever de prestação de alimentos e, ainda no pagamento de pensão – questões materiais entre pais e filhos, é crucial analisar que a necessidade de compartilhar os demais aspectos específicos à educação e à criação dos filhos não pode ser abandonada, como visto em:

A obrigação parental não é somente o pagamento de alimentos. Há um leque de encargos que não se mensuram monetariamente. Mas nenhuma consequência é imposta a quem descumpra os deveres inerentes ao poder familiar. Separado o casal, o pai, na maioria dos casos, nem ao menos divide os deveres de criação e educação do filho, pois raramente reconhece sua responsabilidade de acompanhar o seu desenvolvimento. De forma frequente, não exerce sequer a obrigação de visitas. Os danos afetivos que decorrem dessa omissão não estão previstos como indenizáveis, mas a justiça vem, ainda que timidamente, impondo o pagamento (Dias, 2016, p.160).

O sistema trabalhista oprime as mães a afastar-se de seus familiares devido ao excesso de horas de serviço, incluindo também a falta da rede de apoio. O afeto deve ser cultivado diariamente, com o laço materno, os filhos percebem a demonstração de carinho, compromisso e saber com quem contar em quaisquer circunstâncias. Isso reflete de forma negativa na criação das crianças de mulheres negras, pela ausência de vínculos e momentos oportunos encarregados ao benefício.

Leva em consideração a escrivência na obra literária citada acima de Carolina Maria de Jesus, a dura realidade que mostra a maternagem (solo), onde a mãe dedica sua existência integralmente ao sustento da prole. Além disso, ela toca na crença nos preceitos da ordem

patriarcal, que alimenta a noção de incapacidade da mulher, fazendo-a crer que precisa da presença masculina para obter segurança e estabilidade (tanto financeira quanto emocional): “Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar.” (Jesus, 2020, p. 22).

Desse modo, fica encarregada das crianças até no momento do trabalho. Através da primeira parte do trecho, ela aborda que deve ter paciência e cautela com eles, pois um tem ao outro e não pode perdê-los. A tolerância significa entender que na falta de alimento, de uma moradia digna, eles os têm e isso bastava para Carolina criar seus filhos, ofertando o principal, o amor materno.

Súplica e reclamação dessa fala da autora pela falta de uma figura paterna para dar apoio com seus filhos, afetando seus sentimentos, onde não se tem o direito de descansar nem por um minuto. Visto a esse sofrimento, retrata milhares de mulheres que passam pelo mesmo todos os dias, sem contar com a desigualdade social e racial. A fadiga e cansaço na tentativa de resolver contratempos sem rede de apoio e, estar presente ofertando bem-estar e boa qualidade de vida.

3 ESTEREÓTIPOS DA MATERNIDADE: do real à ficção

3.1 Mulher e maternidade: identidades da maternidade negra

A definição de gênero ganhou ampla notoriedade e aplicação a partir dos estudos de Gayle Rubin, em 1975. Essa abordagem enfatiza uma perspectiva de gênero, segundo a qual o corpo é classificado como gendrado por se comportar de acordo com as normas estabelecidas para ser mulher ou ser homem. O que se entende por feminilidade não é uniforme, mas sim a maneira pela qual se exige que as mulheres ajam para corresponder ao modelo de "mulher verdadeira". Historicamente, a sociedade espera que as mulheres sejam cuidadoras, generosas, fiéis para que sejam vistas como objetos de desejo sexual e parceiras ideais para o matrimônio (Rodrigues; Nascimento; Marques, 2025).

Acerca deste conceito que serve somente para mulheres brancas, a designação às mulheres negras é outra, são vistas como prestadoras de serviços árduos e cruéis, pelas condições de objetos sexuais, "mulheres usáveis e fáceis". Os donos de terras tinham-nas como propriedade e, trocadas ou vendidas durante o período escravocrata, faziam proveito de seus corpos.

A discriminação de pessoas e/ou grupos é uma consequência direta dos preconceitos, que são fomentados pelos estereótipos. Essas desinformações se estabelecem a partir de dados equivocados ou de uma interpretação incorreta da realidade, já que derivam da atribuição generalizada de méritos ou falhas a diversas categorias humanas, ignorando as particularidades contextuais, sejam elas históricas, sociais ou econômicas (Nascimento, 2018).

Dessa maneira, essas percepções são traduzidas por interpretações relacionadas à rejeição, principalmente em grupos minoritários e marginalizados pela população. Leva em consideração a exclusão desses indivíduos que estão fora dos padrões considerados normais aos que fazem a prática da intolerância.

O contexto histórico, originado no período colonial, estabeleceu e mantém até hoje arcabouços sociais e culturais que constantemente reproduzem a posição da mulher negra através de lentes estereotipadas. Tal processo garante a manutenção de uma subordinação dupla, que engloba as dimensões de gênero e de raça. Assim, torna-se crucial debater a operacionalização dessa dupla dominação e identificar os mecanismos que influenciam a maneira como se aprende e se constrói o 'ser mulher', com foco especial na experiência da mulher preta (Rodrigues; Nascimento; Marques, 2025).

Retrata as expectativas comportamentais impostas até as barreiras socioeconômicas e os impactos na saúde mental, que ao reconhecer sobre como a identidade da mulher negra é formada na intersecção dessas forças opressoras, exige, portanto, um olhar que contemple a interseccionalidade para a plena compreensão de sua realidade. Com todas as particularidades e reconhecimento dessas mulheres, ainda assim, suas trajetórias são marcadas pela opressão e olhar de julgamento.

Imagens de controle ou noções de domínio representam concepções aplicadas a mulheres negras que servem como base para a forma como outros indivíduos as visualizam e interagem com elas. Caso as mulheres negras adotem essas representações e internalizam, elas incorporam esse padrão de comportamento e passam a se comportar seguindo um modelo estabelecido (Jesus, 2020).

A literatura tornou-se uma peça fundamental durante o século XIX, carrega tamanha importância a respeito de denúncias sobre injustiças sociais, a exemplo disso, a escravidão. A escravatura no Brasil, que se estendeu por mais de 300 anos, representou um desastre nacional genuíno, cujos impactos sociais e culturais permanecem perceptíveis. Nesse extenso período, milhares de africanos foram transportados contra a vontade e violentados durante o percurso até a chegada ao país e vivenciaram situações desumanas, um evento que definiu de forma categórica a base econômica e social brasileira (Vieira, 2025).

A coroa portuguesa obstaculizava o livre acesso a livros no Brasil durante o período colonial. Essa dificuldade resultava do seu controle irrestrito sobre a produção, importação e circulação de impressos e livros em geral. Mesmo aqueles que possuíam os meios para constituir pequenas bibliotecas e controlar a circulação das obras não estavam isentos de serem submetidos à censura prévia (Figueiredo, 2023).

No tocante às autoras, especificamente, as exigências da produção literária feita por mulheres negras são ainda mais elevadas do que apenas estabelecer-se como protagonista do próprio discurso. Isso ocorre porque a mulher negra lida simultaneamente com o preconceito de raça e com o sexismo. Em vista disso, escritoras e intelectuais negras, ao longo da história, criaram seus próprios textos literários e edificaram seu repertório teórico, ambos refletindo suas demandas, pois elas não se equiparam ao homem negro (por serem mulheres), nem se identificam com o feminismo tradicional, que em sua origem, era branco e burguês (Pereira, 2020).

Figueiredo (2023) aborda ainda, a ausência de como a literatura feminina, principalmente do gênero romântico não era visto com a potência que tinham e, então as

escondia pela falta de responsabilidade e na tomada do espaço que as mulheres precisavam para sobressair em meio ao caos vivenciado, especialmente a desigualdade de gênero:

Velada e artilosa, ela se manifestava por meio de controles informais, marginalizações, sabotagens, perseguições e silenciamentos, principalmente no que diz respeito à literatura feita por mulheres e para mulheres, especialmente os romances. Enquanto havia parâmetros para poesias e peças retóricas baseados em tratados de Poética e Retórica que regulavam a produção e leituras desses gêneros, para o exame de romances (Figueiredo, 2023, p. 77).

Como referências literárias que abordam essa temática de sobrevivência cultural e de mulheres que sofreram pela violência escravagista, muitas escritoras tornaram vozes silenciadas a serem ouvidas, através de histórias e, entendidas no contexto de desumanização e violência. Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis, Délia (Maria Benedita Bormann), entre tantas autoras que descreviam a dor, angústia, resistência e penar.

Dentro desse quadro, as mulheres escravizadas enfrentaram uma dupla opressão, cujos obstáculos singulares que se somavam à já atroz vivência dos homens. Além do trabalho compulsório nas fazendas e nas casas, essas mulheres eram sistematicamente expostas à violência sexual, à exploração da capacidade de gerar filhos e à imposição de funções que as reduziam a meros bens de serviço e reprodução, sendo o trabalho de ama de leite um exemplo disso (Vieira, 2025).

Essa vulnerabilidade é explicada por Giacomini (1988), que declara:

A possibilidade da utilização dos escravos como objeto sexual só se concretiza para a escrava porque recaem sobre ela, enquanto mulher, as determinações patriarcais da sociedade, que determinam e legitimam a dominação do homem sobre a mulher (Giacomini, 1988, p. 65-66).

É imprescindível, portanto, que se levem em consideração as múltiplas violências que definiram o cotidiano dessas mulheres, para que a escravidão feminina seja compreendida em sua máxima extensão. Essa compreensão deve incluir a dor e a violência emocional decorrentes da exploração reprodutiva e da constante ameaça de separação de seus filhos, um elemento de terror que adicionava uma camada única de sofrimento à sua condição.

Nas obras literárias do século XIX, a figura da mulher negra era consolidada por meio de um paradoxo: ao mesmo tempo em que cumpriam o papel de cuidadoras de crianças brancas (no caso das amas), eram, simultaneamente, descritas como dissimuladas, que simulavam obediência para, em seguida, se transformarem em carrascos e à procura de vingança, concretizando seus intentos e traindo os senhores dos casarões. Dentro desta composição

histórico-social, a mulher negra teve sua ação e representação social delimitadas e impostas. Considerando isso, quando se revisita produções que abordam os mecanismos subjacentes às desigualdades políticas, confirma-se que a literatura é um manancial permanente de saber e deve ser tratada como um fator crucial na edificação intelectual do ser humano em seu completo estado de conhecimento e dignidade (Figueiredo, 2023).

No conto *A ama*, de Délia a personagem Joana recebe uma caracterização impregnada de ternura e afeto, visto que sua gestação, que se apresenta desde o começo do texto, é motivo de admiração, tranquilidade e otimismo, causando nela a esperança da qualidade de vida para seu filho: “Seu olhar esmorecido fitava o céu azul imaculado, e a ideia de beijar o filho lhe animava a face de ébano em suave expansão” (Délia, 1884, s/p).

A demonstração de carinho é instantânea, desde o instante em que vê o filho. Mesmo sem ânimo, ao olhar para o azul do céu contempla pela dádiva de amá-lo; a vontade de acariciar é intensa e de grande admiração. No que diz respeito à jornada de caminhos e exatidão em que o filho trilhará, ela observa o rosto sutil e doce de uma criança que acaba de nascer e não conhece nada do mundo, mas que a maternidade trouxe a Joana uma interpretação natural de cuidado e proteção.

Em decorrência do racismo, das condições de trabalho precárias e da mortalidade de filhos, parentes e ancestrais, a possibilidade de nutrir e desenvolver o amor foi uma dificuldade compartilhada, um privilégio sistematicamente negado aos afrodescendentes por séculos. Essa corrosão da memória é ilustrada em *Olhos d'água*, escrito por uma mulher preta, Conceição Evaristo, a narradora-personagem, sem nome, é dominada pela incerteza: a pergunta “qual era a cor dos olhos de minha mãe?” é repetida exaustivamente no decorrer da obra literária. A mãe com olhos úmidos lembrava a força e resistência num mundo repleto de desigualdades e com a certeza da corrosão de marginalidade à mulher negra em sua variedade: “Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície.” (Evaristo, 2014, p. 18-19).

Arrancados o ato de amar e vistos como impossibilitados de sentir este sentimento, ainda destruíram o brilho de seus olhos, pelo árduo trabalho forçado, jornadas exaustivas sem poder ao menos ter o direito de abraçar e sentir o calor de seu filho como presente no conto “A ama”, porém no conto de Evaristo, o ressentimento é não lembrar a cor dos olhos da mãe porque ela estava sempre chorando. Infância e adolescência tiradas para transformá-los em pessoas sem emoções, criados apenas para o prestar serviços e pensar na vida medíocre e fragilizada imposta por seus patrões. Sem dignidade de moradia, lazer, saúde e felicidade. A segregação que perpetua até os dias atuais leva o sofrimento para ambientes e trajetórias marginalizadas pela

sociedade, que não enxergam o quanto é doloroso percorrer pelos entraves de séculos passados e continuar na tentativa de quebrar obstáculos e trilhar uma nova história.

Conceição Evaristo, no conto *Quantos filhos Natalina teve?*, desconstrói padrões socioculturais associados à maternidade, mergulhando na subjetividade da personagem, chamada Natalina. Narra as quatro gestações indesejadas de uma menina-mulher forte e corajosa. Estruturado em torno de *flashbacks* da protagonista, detalhando sobretudo os percalços de suas gestações, o início da narrativa apresenta a primeira gravidez de Natalina (Souza; Rocha; Fonseca, 2023). Jovem e com sonhos a serem realizados, Natalina tem seus desejos interrompidos com tantas gravidezes sem planejamento. A obra revela várias tentativas abortivas para mostrar a realidade do país e, para além disso, retrata o cotidiano difícil de uma mulher negra em que a sociedade renega por ser mãe e pelo fato de ter escolhido dar o bebê a uma pessoa desconhecida, porém com maiores condições financeiras para zelar e amar.

Duarte (2018) aborda a arte da escrita de Maria Firmina dos Reis como reconhecimento amplo de suas obras literárias – que abarcam romances, contos, novelas, poemas, enigmas, charadas, composições musicais e um álbum –, a obra da renomada autora merece destaque pela sua visão dos escravizados. O Maranhão é introduzido na literatura oitocentista com uma perspectiva histórica que se opõe de modo subversivo aos clichês do "bom senhor" e do "escravo contente". Afirma que a autora estabelece vínculos com seus contemporâneos e contemporâneas do hemisfério norte, mas também da América Latina e do Brasil, para registrar seu desacordo em relação à razão negra ocidental, em conformidade disso, o domínio patriarcal é representado na/pela perspectiva de suas vítimas.

O protagonismo de Joana no conto *A ama* (1884), de Délia, o autor Volpini (2019) — desempenha uma linha tênue, de ter que conviver com a era escravagista dia após dia e passar a ocupar um lugar disponível para mulheres da época e, ao mesmo momento ter que suportar o peso de ser mulher e mãe, que a escritora traduz como empática, também pelo desligamento com o que a ordem vigente levava em consideração. Para ele, o projeto literário tem como foco principal as experiências das mulheres e as consequentes reflexões sobre o modo como elas se posicionavam na sociedade brasileira da época (Vieira, 2025).

As semelhanças existem não somente pelo nome das personagens principais de ambos os contos, contudo carrega o poder de dar voz às mulheres e contar histórias veladas por muitas décadas. Dessa forma, a trama revela momentos trágicos sobre a escravidão e trabalho braçal, dando ênfase em relação a feminilidade que não poderia ser vista ou a vontade de expressar seus sentimentos enquanto criava ou perdiam seus filhos.

Impedidas de contradizer o discurso dominante, as mulheres que escreviam precisavam utilizar inspirações restritas que partiam de sua representação romântica (como esposa, futura mãe de família, anjo ou ideal inalcançável). Seu universo temático se restringia aos limites do jardim ou dos cômodos da casa, o que resultava em inúmeras menções a flores, pássaros, dia e anoitecer, criando assim um vocabulário privado para um âmbito simbólico igualmente encerrado (Figueiredo, 2023).

Partindo desse pressuposto, atrelado a realidade, um ambiente hostil, a criação de empecilhos, o que impediam de observar novos horizontes e, tudo que enxergava era a tristeza que ficava claro em seus olhos e demanda exaustiva de trabalho. Realizava os registros de uma vida aprisionada, não tinham como escrever algo que não era da sua rotina, só aquilo que costumava acontecer e ver era relatado.

Gastavam o pouco tempo que tinham imaginando, criando maneiras de contar as vivências e amarras que prendiam de ter liberdade absoluta. A falta de palavras diversificadas para descrever anseios e os males que rodeavam por aquelas protagonistas, então os romances atingiam até onde suas mãos conseguiam tocar e à visão restrita marcada pela escravatura.

Délia narra em *A ama*, após o nascimento de seu "robusto negrinho" na senzala, Joana pega o menino em seus braços. No entanto, um mês depois a dar à luz, ela é selecionada para o serviço de ama de leite, o que implica a separação compulsória de seu filho, entristece o coração, mas não pode negar de realizar a obrigação: "Joana [...] obedeceu sem murmurar, fula, com o peito dilacerado pelo desespero e pela saudade" (Délia, 2021, p. 16).

Ao analisar que ela a obedeceu, porém não foi de bom grado, pois desejava ficar e amamentar seu filho e não um bebê que não a pertencia e não tinha o direito de prestar cuidados a ele. Além de enfurecer-se com a decisão, Joana oferta o peito com a vontade de esgotar o leite num momento, para que não restasse ao filho dos brancos. A crueldade tamanha que ela suportava a partir do instante de abandonava sua criança para alimentar outra, por tê-la como sua propriedade: "[...] deu-lhe o peito em feroz ansiedade, desejando que ele sugasse todo o leite e nada ficasse para o filho dos brancos" (Délia, 2021, p. 16).

A quantidade de leite materno que importava para a família de seu algoz, mas interessava ainda mais para Joana, pois se o seu bebê conseguisse esgotar de seu leite ela não teria que abandonar seu menino e ficar longe durante as fases de vida da criança e, onde ele mais precisa dela, principalmente por amamentar sempre que sentisse necessidade.

O que Délia retratava sobre as mulheres negras, sobretudo no contexto da maternidade, faltavam narrativas; existiam apenas descrições que as retratavam como mães desatentas com seus próprios filhos, sem falar do verdadeiro cenário de opressão, objetivando que a mulher

branca como a sinhá, moradora da casa grande e pertencente a uma família religiosa. No entanto, neste conto, a autora inverte esse raciocínio ao recolocar as donas dos grandes casarões em sua posição social e reafirmar Joana como a mãe da criança que amamentava: “Em breve, com algum tratamento a moça pálida tornou a aparecer nas festas e nos passeios, e Joana, só, no silêncio dos grandes quartos, pôde considerar-se a verdadeira mãe do menino que amamentava” (Délia, 1884, s/p).

A forma de valorizar a mulher escravizada se torna evidente desde o cuidado que tinha com a puérpera e levava até no ato de prestar zelo pelo filho que acabara de nascer. Baseado nos fatos recorrentes e acontecimentos, as problemáticas diversificadas existentes mostram quantos transtornos e a privação das mulheres negras de ter sonhos, principalmente na brutalidade de ser mãe de outra criança e não ter o mínimo de reconhecimento por isso; para além de toda dor e tristeza em ver seus filhos tempos depois e muitas vezes nem os reconhecer pelos anos que carregam as memórias da maternidade e forjar as identidades, fazendo esquecer a qualidade de dedicação de amor.

3.2 A solidão da maternidade negra

A monoparentalidade é definida como a situação em que apenas um dos genitores é o responsável pela criação e educação dos filhos. Essa família monoparental é influenciada pelo seu contexto social e pode surgir a partir de uma diversidade de fatores. Entre eles estão: o desgaste dos relacionamentos, o desemprego, as dificuldades financeiras, os casamentos precoces, a ausência de estrutura para manter o relacionamento conjugal, a dedicação excessiva ao trabalho ou aos estudos, e a gravidez na adolescência (Barbosa; Pires; Gregório, 2023).

Junto às estruturas do matriarcado, é marcada pela discriminação de acordo com os padrões marcados pela sociedade opressora. Com o novo modelo e conceito de maternidade, tem se tornado diferenciado acerca da maternidade, ou seja, as mães casadas são respeitadas em nível superior pela população, diferente da mãe solo, que sofre questionamentos diários a respeito de ser uma boa mãe: “O atrelamento da felicidade feminina à maternidade e ao estado civil demonstra que ainda na contemporaneidade, as mulheres casadas possuem status social superior às solteiras, principalmente às mães solo” (Barbosa; Pires; Gregório, 2023, p. 31-32).

Assim, como é analisada por Porfírio (2019), pode-se afirmar que a experiência da maternidade varia significativamente, sendo vivenciada de maneiras distintas por mulheres diferentes em contextos diversos. É de nosso interesse analisar como esses marcadores sociais impactam a construção da identidade e do papel de mãe para essas mulheres. Em um período

no qual as questões étnico-raciais ganham visibilidade crescente e são essenciais para o debate social, torna-se crucial considerar a vida das mulheres negras em todas as suas dimensões e aspectos, proporcionando-lhes visibilidade e um espaço de fala. Adicionalmente, esta discussão contribui para uma reflexão aprofundada sobre as diferentes formas de maternidade e como cada uma delas é experienciada.

Pela concepção da maternidade negra, seguindo fatos históricos sempre existiu uma figura de mãe negra sobre os cuidados e desejos de acolher. Entretanto, a sofrida rotina de lidar com o desemprego, desigualdade social e relações raciais afetam diretamente no comportamento e educação dos seus filhos. Baseado na ordem cronológica da evolução de leis e normas regulamentadas no Brasil, é notório observar falhas destas implementações, sobretudo em populações vulneráveis.

O sistema trabalhista oprime as mães a afastar-se de seus familiares devido ao excesso de horas de serviço, incluindo também a falta da rede de apoio. O afeto deve ser cultivado diariamente, com o laço materno, os filhos percebem a demonstração de carinho, compromisso e saber com quem contar em quaisquer circunstâncias. Isso reflete de forma negativa na criação das crianças de mulheres negras, pela ausência de vínculos e momentos oportunos encarregados ao benefício.

As manifestações de racismo contra meninas negras têm início muito cedo, já no ambiente pré-escolar. Tais ações se dão de forma sutil, mas impactante, como ser a última a ser escolhida, ser a vilã em apresentações, receber poucos incentivos, ser invisibilizada ou raramente merecer elogios. Com o passar do tempo na trajetória escolar, essas situações de isolamento tornam-se mais frequentes (Barbosa; Braga, 2024).

Desde os vínculos amorosos, no início da adolescência, garotas negras recebem menos flertes, o que reduz às oportunidades reduzidas. Ao chegar na fase adulta é cercada pela ausência de afeto, prosseguindo quase sempre pela solidão de ter alguém para apoiar em momentos de dificuldades, tristezas e felicidades.

É notório a necessidade de pessoas próximas, seja para compartilhar conquistas, conversar sobre a rotina, desenvolver assuntos e opiniões, estabelecer amizades ou romances, algo que na maioria das vezes mulheres negras não conseguem obter sucesso, seja pelo preconceito escondido ou pelo interesse somente sexual e, não para estabelecer relações duradouras. É encarregada pela indecisão e angústia de não saber amar por nunca ter sido amada. O medo do novo e ânsia de não conseguir manter uma relação saudável com alguém que esteja disposta ao envolver-se com uma mulher já fragilizada pela vida e insegura, tem se tornado cada dia mais complexo nutrir o ato de confiança através de demonstração de amor.

Para sociedade quando recebe qualquer tipo de carinho é traduzido como “sobras”, entretanto cultivar o amor-próprio, lidar com o físico e emocional se transforma em coragem e precisão, conforme lido em:

A maioria de nós tem dificuldades de aceitar uma definição de amor que afirma que nunca somos amados em contextos nos quais existe abuso. A maioria das crianças abusadas física e/ou psicologicamente foi ensinada pelos adultos responsáveis que amor pode coexistir com abuso. E, em casos extremos, que o abuso é uma expressão de amor. Esse pensamento defeituoso com frequência molda nossas percepções adultas no amor (hooks, 2022, p. 51).

O tópico acima é muito amplo e perpassa através de gerações, decorrente de nossos antepassados e de mulheres encurraladas para conviver com a solidão e convicção de que sempre serão abandonadas. Ser mulher negra com liberdade de expressão e direito de ser escutada não desagrega da solidão. Deixar o cenário de afastamento para o lugar de ressignificação não ajusta de que as atitudes para boas ações terão outras perspectivas de vida.

De acordo com Barbosa e Braga (2024), discorrem a relação de como essa falta de amor e ficar sempre com o sentimento de abandono perpétua durante séculos, o que afeta as mulheres da família (avó, mãe, filha, neta), porém ao analisar que a responsabilidade de culpa é de uma população racista; leva ao espaço de tortura e inferioridade:

Como pessoas pretas, fomos desumanizadas e ainda colhemos frutos dessa atrocidade. Em obras de mulheres negras que se pode ter esperança de gerações futuras com menos prejuízos por questões raciais. Ainda, dá possibilidade de voltar para o passado e acolher a minha criança negra que sozinha brincava no quintal e dizer: a culpa não é sua. Mas no presente como mãe solo revisito o acolhimento interno, agora sei a verdade: a culpa não é minha. A solidão que me acompanha desde criança não veio de mim e sim de uma sociedade excludente e injusta (Barbosa; Braga, 2024, p. 117).

No livro *Quem tem medo do feminismo negro?*, de Djamila Ribeiro (2018), discorre sobre como as mulheres são tratadas mediante a uma sociedade que as desvalorizam. Em um dos trechos aborda que, “desde muito cedo somos ensinadas que devemos ser mães. Divulgam uma ideia romântica de maternidade que a enfiam-na goela abaixo, naturalizando esse lugar. Mais além, cria-se a culpa. Não é incomum ouvir ‘Que mãe é essa que permite isso’ ou ‘Mãe que é mãe aguenta tudo’”.

Seguindo o pensamento da ativista, é real no cotidiano principalmente por mulheres negras que, ao serem inseridas no campo social após se tornarem mães, na busca de retomar ou iniciar uma faculdade, inserção em um novo emprego, lazer, entre outros planos para ter suas atividades normais e manter devida qualidade de vida.

A solidão vivenciada pela mulher negra é, de fato, dolorosa, entretanto sua análise deve ir além do dano individual, sendo compreendida como um prejuízo que atinge toda a sociedade e as próximas gerações. Dentro dessa perspectiva, percebe-se que os estereótipos que definem a "mulher ideal" para ser acompanhada em público, receber presentes e ser mimada são distintos, e essa diferença culmina por direcionar a mulher negra ao mesmo caminho da solidão. Em ambientes sociais, como paqueras em bares, idas ao cinema e locais de lazer, a mulher negra continua sendo a menos cortejada ou escolhida (Barbosa; Braga, 2024).

O racismo internalizado e a preferência por padrões eurocêtricos fazem com que, na hora do cortejo e da escolha de parceiros, a mulher negra seja sistematicamente preterida. Isso transforma espaços que deveriam ser de diversão e conexão em locais de reafirmação de sua invisibilidade e exclusão afetiva. A solidão da mulher negra é uma manifestação prática e dolorosa do racismo e do sexismo estruturais, que a excluem dos espaços de afeto e visibilidade social, o que implica e prejudica o desenvolvimento de toda a sociedade.

Ainda no que discorre Barbosa e Braga (2024), corresponde que a mãe é, primeiramente, uma mulher com individualidades e especificidades, onde exerce atividades profissionais, cultiva o autocuidado, e necessita de momentos de descanso e divertimento. No entanto, na maioria das vezes, ela não dispõe de auxílio ou suporte suficiente como por exemplo, a rede de apoio, para atender a todas essas suas demandas.

4 MATERNIDADE NEGRA EM CAROLINA MARIA DE JESUS

4.1 Carolina Maria de Jesus e a escritura autobiográfica

Carolina Maria de Jesus nasceu em 14 de março de 1914, na zona rural da cidade de Sacramento, Minas Gerais. Ela era uma menina negra pertencente a uma família de ex-escravos, vinda de uma classe social pobre. Seus pais eram lavradores analfabetos, e ela tinha seu avô, conhecido como "Sócrates Africano", como um importante exemplo e referencial familiar (Moreno, 2022).

Almeida e Rodrigues (2025) afirmam que embora o registro oficial aponte 14 de março de 1914 como a data de seu nascimento, a certidão de batismo, emitida pela Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio do Santíssimo Sacramento, indica que a data é, na verdade, 6 de outubro de 1915. O que deixa a menina intrigada com o dia em que nasceu e a crescente dúvida sobre a sua data de nascimento verdadeira, faz questionamento consigo mesma e relata aquilo que sua mãe alega, comparando o ano em que seu avô faleceu com a idade que tinha nesta mesma época: “No dia 27 de agosto de 1927 o vovô faleceu. Minha mãe disse-me que eu estava com seis anos. Será que eu nasci no ano de 1921? Há os que dizem que nasci no ano de 1914” (Jesus, 2014, p. 123).

Segundo os autores Almeida e Rodrigues (2025), a petição da certidão de nascimento de Carolina aconteceu em 18 de agosto de 1934 no Cartório de Registro Civil de Sacramento, Minas Gerais, sua cidade natal. Ela precisava dos documentos para poder viajar para outras cidades. Essa imprecisão na data de nascimento era algo comum na época em que ela nasceu, visto que a inscrição de nascimentos em registros públicos só foi devidamente regulamentada em 1916. Indignada com o tratamento de pessoas negras em relação ao registro, escreve em seu livro *Diário de Bitita* (1986) o que ocorria quando alguém morria e o motivo de não serem chamados para o exército brasileiro: “Os negros não serviam ao exército porque não eram registrados, não eram sorteados. [...] Ninguém na minha família tinha registro. Não era necessário o atestado de óbito para sepultar os mortos” (Jesus, 2014, p. 123).

Ainda em relação as afirmações de Almeida e Rodrigues (2025), Carolina Maria de Jesus era filha de Maria Carolina de Jesus, apelidada de Dona Cota, que trabalhava como empregada doméstica. O pai era João Cândido Veloso, um poeta boêmio conhecido por suas cantorias de improviso, mas que não tinha apreço pelo trabalho. As perguntas a respeito de seu genitor sempre vinham à tona e tomava conta de seus pensamentos, principalmente quando ia relatar a ausência dele, deixava claro como admirava sua mãe por ter conhecido seus pais:

[...] Eu invejava minha mãe por ter conhecido pai e mãe. Várias vezes pensei em interrogá-la para saber quem era o meu pai. Mas faltou-me coragem. Achei que era atrevimento da minha parte. [...] Um dia, ouvi da minha mãe que o meu pai era de Araxá, e o seu nome era João Cândido Veloso. E o nome da minha avó era Joana Veloso. Que o meu pai tocava violão e não gostava de trabalhar. Que ele só tinha um terno de roupas. Quando ela lavava a sua roupa, ele ficava deitado nu. Esperava a roupa enxugar para vesti-la e sair (Jesus, 2014, p. 13-14).

De acordo com Farias (2018), o obstáculo acerca do conhecimento sobre o pai de Carolina era decorrente ao fato de o relacionamento dele com Cota ter ocorrido enquanto ela ainda estava casada com Osório Pereira. Esse casamento gerava grande descontentamento em Cota, visto que Osório não provia o sustento adequado para alimentar a família, obrigando-a a procurar trabalho como empregada doméstica. Cota conheceu João, o pai de Carolina, em bailes. Devido à sua vida boêmia, ele desapareceu e abandonou a filha Carolina. Dessa forma, a pequena Bitita foi rotulada como "filha bastarda", passou a vida sem notícias do pai e carregando o sentimento de se sentir preterida em comparação ao seu irmão, por ser mais retinta que ele: “Não sei se era ciúme, mas eu notava diferenças nos modos de mamãe nos tratar. O meu irmão era predileto. Eu pensava: “Ela trata-o com todo carinho, porque ele é mulato. E eu sou negrinha”” (Jesus, 2014, p. 84).

Por não conhecer seu pai, era muito apegada com o seu avô. Tinham relação fortalecida entrelaçada com sua família, que assegurava como o que tinha de mais importante e precioso durante a vida. Por ser uma menina negra, sua infância foi tirada, pois era vista como uma criança feia e, sofria maus tratos no local onde morava.

Considerada uma menina levada e cheia de perguntas sem respostas, a vizinhança chegava a reclamar, considerando anormal a garota fazer tantos questionamentos daquilo que não sabia. Tais curiosidades só cessavam quando alguém lhe dava uma resposta ou, perdendo a paciência, a espancava, ação essa que acontecia com frequência. Como apanhar já fazia parte de sua rotina e servia como punição para impedi-la de indagar, relata que até sentia falta quando não era tratada mal pelos seus familiares. A única pessoa que conseguia ter controle sobre ela era seu avô materno, chamado Benedicto, por quem ela nutria grande admiração e respeito, mantida sobre sua proteção de todas as suas brincadeiras e danações, ele defendia e evitava de que ela fosse espancada: “Quando eu não apanhava, sentia falta. Então compreendi que o vovô era o meu defensor” (Jesus, 2014, p. 29).

A infância de Carolina Maria de Jesus foi extremamente difícil em virtude da pobreza extrema, conforme ela própria relata em seu livro *Diário de Bitita* (1986), sendo "Bitita" seu apelido de criança. Aos sete anos, sua mãe a matriculou na escola. No entanto, ela não pôde

concluir os estudos devido à necessidade de se mudar para a zona rural em busca de trabalho, acompanhada de sua mãe e de seu padrasto na época. Mesmo tendo interrompido a vida escolar, ela já havia conseguido aprender a ler e a escrever e, com isso, desenvolveu um grande gosto pela leitura e pela escrita (Silva; Nunes, 2022).

Carolina era uma criança inquieta e curiosa, apesar de ser frequentemente maltratada. Mesmo assim, aos sete anos, sua mãe a matriculou no Colégio Allan Kardec, considerada a primeira escola espírita do Brasil. Esta escola oferecia a oportunidade de estudo a crianças de baixa renda, mas era mantida por indivíduos influentes na sociedade. A sra. Maria Leite, uma mulher rica da região, era a responsável por buscar a melhoria das condições de aprendizagem das crianças (Moreno, 2022).

Carolina ia para a escola contra a sua vontade. Em seu *Diário de Bitita*, ela relata que era preguiçosa e que, mesmo com suas várias tentativas de faltar às aulas, sua professora insistia no seu aprendizado, chegando a enviar um aluno da sua turma para buscá-la em casa. Era perceptível o desinteresse de Carolina durante as aulas, a professora desenhou no quadro de giz um homem segurando um tridente na mão e a alertou:

Dona Carolina, este homem é o inspetor. A criança que não aprende a ler até o fim do ano, ele espeta no garfo. No fim do ano, ele vem aqui e eu vou apresentá-la a ele e pedir-lhe que dê um jeito na senhora, por que a senhora não quer estudar. Ele há de espetá-la no garfo (Jesus, 2014, p. 128).

Mesmo em decorrência da pobreza, fome e um lar que carregava dificuldades, ela queria conhecer o mundo, ter uma visão fora dos padrões que eram impostos pela sociedade a ela. A procura pelo novo iniciou e tomou forma quando passou a frequentar a escola. Um ambiente transformador, acolhedor, único e, que era justamente o que ela precisava para moldar e ofertar oportunidades através de suas vivências.

Nos seus escritos, a lembrança mais remota de Carolina Maria de Jesus diz respeito à sua infância, especialmente aos momentos que marcaram o início de sua educação formal, um processo que influenciaria toda a sua vida. Carolina começou a frequentar a escola aos sete anos de idade, por volta de 1921, graças a uma determinação da patroa de sua mãe. Durante um de suas lembranças, narra como era as condições financeiras da mãe e quem a ajudou a ir para a escola: “Minha mãe era pobre. Dona Maria Leite insistiu com mamãe para enviar-me à escola” (Jesus, 2014, p.126).

Em suas memórias, Carolina interpreta a relação de subalternidade vivida por sua mãe, expressava a necessidade de obedecer à elite branca, pois para ela somente a classe da branquitude tinha sabedoria e as levavam ao mais alto nível de educação e já como não poderia

ficar desempregada, a obediência a tudo que a patroa falava era levado como regra: “Os negros devem obedecer aos brancos, isto quando os brancos têm sabedoria. Por isso, ela devia enviarme à escola, para não desgostar a dona Maria Leite” (Jesus, 2014, p.126).

A escola, cuja pedagogia era orientada pelo espiritismo, oferecia educação para os órfãos e crianças pobres de Sacramento. Seu funcionamento dependia da caridade de vários membros da elite local, incluindo a mulher onde a mãe de Carolina trabalhava. De acordo com o relato de Carolina, essa patroa justificava sua atitude da seguinte forma:

Eu sou francesa. Não tenho culpa da odisséia de vocês; mas eu sou muito rica, auxilio vocês porque tenho dó. Vamos alfabetizá-los para ver o que é que vocês nos revelam: se vão ser tipos sociáveis, e tendo conhecimento poderão desviar-se da delinquência e acatar a retidão (Jesus, 2014, p.126).

Em *Diário de Bitita*, Carolina narra detalhadamente a peregrinação que ela e sua família tiveram que enfrentar na busca por melhores condições de vida, tentando superar a pobreza, a fome, a falta de moradia e o desemprego. A constante necessidade de mudança de cidade e de residência evidencia a precarização da vida de forma estrutural e geracional em sua família, resultado direto da mitigação de direitos (Silva; Nunes, 2022).

A sua vida escolar foi breve, com duração de apenas dois anos. Ela precisou interromper os estudos para acompanhar a mãe em uma oferta de trabalho na roça. Nessa ocasião, o Sr. José Romualdo, que também era negro, procurava uma mulher para auxiliá-lo no trabalho e fazer-lhe companhia em sua solidão. Faltavam dois anos para que Carolina recebesse seu diploma, mas ela teve que levar em consideração uma mudança de vida e, mesmo às lágrimas, concordou com a decisão da família.

Durante o período na roça, a escritora vivenciou o que ela descreveu como o momento mais feliz de sua vida. Logo após a chegada de sua família, o fazendeiro lhes concedeu terras para plantio, visando a subsistência. Com o tempo, a produção foi crescendo, o que trouxe grande alegria à família. Carolina experimentou algo inédito: a fartura. Eles acordavam cada dia mais cedo e mais entusiasmados com a plantação e o trabalho. A colheita foi tão bem-sucedida que eles começaram a vender o excedente para cobrir outras despesas, como a compra de vestimentas. Contudo, o fazendeiro, ao observar a prosperidade da família, sentiu-se incomodado, uma vez que os lucros obtidos com essa agricultura familiar não eram divididos com os donos da terra. Por essa razão, ele expulsou todos da propriedade (Almeida; Rodrigues, 2025).

Segue por essa afirmação, Almeida e Rodrigues (2025), que durante a infância e adolescência, recolhia jornais e livros velhos nas casas dos patrões, dedicando-se ao estudo de

forma autodidata e acreditava firmemente que, se fosse recompensada no futuro, seria resultado de sua dedicação à leitura e aos estudos, e de sua obediência, realizando todos os serviços solicitados. Porém não sabia o que viria pela frente com uma jornada repleta de preconceito e racismo: “Com o passar do tempo, acaba encarando a realidade e percebendo que mesmo lutando com toda a sua força, será enganada e humilhada recorrentemente” (Almeida; Rodrigues, 2025, p. 9).

Ainda no que alega Almeida e Rodrigues (2025), Carolina decidiu ir a Uberaba a pé com o objetivo de curar as feridas da perna, que haviam se tornado um tormento em sua vida. Ela partiu sem se despedir de ninguém, lembrando-se apenas de uma parente distante que residia na cidade. A dona da casa não recebeu muito bem, foi tratada com frieza e de má aceitação. Mesmo assim, na manhã seguinte, a parente informou que não a queria em sua casa e sugeriu que procurasse o Asilo São Vicente de Paulo, o que ela fez. No asilo, ela recebeu comida e uma cama num quarto pequeno com outras pessoas. No entanto, o tratamento para as suas feridas não era adequado, e elas não apresentavam melhora. Além disso, ela tinha a obrigação de lavar a roupa das trinta pessoas que estavam asiladas, pois as irmãs que gerenciavam o local tinham nojo do serviço, visto às suas condições precárias, decidiu deixar o asilo e teve que voltar à sua cidade, Sacramento:

Volta para Sacramento. São quatro dias a pé. Durante o trajeto, dormia sob as árvores, ao relento. Após outra insatisfação no trabalho como doméstica na casa do Sr. Manoel Soares, decide tratar suas pernas em Ribeirão Preto, sua mãe a ajuda com dinheiro. O desassossego a rege pela estrada. Não consegue permanecer em nenhum trabalho, ou é demitida ou pede demissão. Assim retorna novamente para Sacramento (Almeida; Rodrigues, 2025, p. 10).

Nunes e Silva (2022) apontam que após a morte de sua mãe — a única pessoa mencionada na obra que realmente se importava com Carolina e procurava protegê-la —, ela tomou a decisão de ir para São Paulo. Ela via a cidade como a capital mais desenvolvida e muito se falava das possibilidades de encontrar trabalho e, conseqüentemente, melhores condições de vida. Em São Paulo, assim como em todos os lugares onde residiu, ela não encontrou facilidade para sobreviver. Foi ela quem teve de construir sua própria casa na Favela do Canindé, utilizando materiais improvisados como madeira, lata, papelão e outros materiais encontrados, além de estar grávida:

Nessa época estava grávida de seu filho mais velho, e depois teve mais dois filhos. Todos de pais diferentes que não assumiram as obrigações conjugais, nem paternas. Com três filhos, sozinha e morando precariamente na periferia, Carolina se esforçava catando papel para conseguir o pão de cada dia para ela e seus filhos comerem (Nunes; Silva, 2022, p. 5).

Os três filhos de Carolina — João, Vera e José — nasceram e cresceram vivenciando a situação miserável e desumana da favela. Nesse contexto, Carolina escrevia seus diários, poemas e romances com o objetivo de ser reconhecida e, assim, sair daquela condição de pobreza. Foi em 1958 que o jornalista Audálio Dantas conheceu Carolina. Ele estava na favela para verificar uma denúncia sobre o mau uso dos brinquedos ali instalados, quando ouviu os gritos de Carolina, que estava indignada: “[...] aonde já se viu uma coisa dessas, uns homens grandes tomando brinquedos de criança! [...] Deixa estar que eu vou botar vocês no meu livro!” (Farias, 2018, p. 187).

Como Farias (2018) relatou que a partir desse momento surgiu o livro mais conhecido da autora: *Quarto de Despejo*. A obra foi publicada em 19 de agosto de 1960, pela Livraria Francisco Alves. Ele afirma que "a publicação do seu livro provocou um alvoroço jamais visto nos meios editoriais paulistanos". Carolina ficou profundamente emocionada com o grande público que compareceu à sua sessão de autógrafos; com a livraria decorada com faixas contendo frases de seu livro como “O Brasil precisa ser governado por um homem que passou fome” (Farias, 2018).

A escrita era usada por ela como forma de denunciar as mazelas, a vida repleta de problemas dos vizinhos, a falta de solidariedade entre os moradores do Canindé, e o descaso do governo, que tratava o local como um “quarto de despejo” — entre tantos outros problemas que ela vivenciava ali. Nesse contexto, seu diário assumia a função de denúncia, expondo as realidades opressoras, a marginalidade resultante da miséria social e os conflitos humanos.

Apenas uma semana após o lançamento da obra, o livro de Carolina Maria de Jesus já havia alcançado a marca de 10 mil exemplares vendidos. Devido ao sucesso, passou a participar de diversos programas de rádio e televisão. Com o sucesso, houve uma mudança na vestimenta, no penteado e no comportamento da autora e de seus filhos. Além disso, a imprensa internacional demonstrou grande interesse na obra de Carolina, pois ela retratava uma realidade desconhecida para o público de fora do país.

Segundo Farias (2018) porcentagem sobre os lucros obtidos com a venda do livro, possibilitou que Carolina Maria de Jesus deixasse a Favela do Canindé apenas quatro meses após a publicação da obra. Todo seu sucesso fez a atravessar a América do Sul, visitando nações como Argentina, Chile e Uruguai. Ela integrava atrações de rádio e televisão, proferia conferências em instituições de ensino superior e oferecia depoimentos nos mais variados locais. Foi convidada a integrar a Academia de Letras de São Paulo e recebeu a honraria de cidadã emérita, juntamente com os símbolos da cidade. Ademais, viajou pelo território brasileiro promovendo seu trabalho e era apreciada pela audiência. Entretanto, seus outros

livros não tiveram a mesma repercussão quanto ao primeiro. *Pedaços da Fome* foi publicado em 1963, mas não foi bem aceito pela crítica: “O texto foi criticado por carregar uma visão maniqueísta da sociedade que de tão simplistas chegava às raias do absurdo” (Farias, 2018, p. 44).

No ano de 1967, Carolina retornou à atividade de coleta de resíduos e residia em uma habitação humilde em uma área carente de São Paulo. Posteriormente, em 1969, ela se transferiu para uma propriedade em Parelheiros. Essa moradia necessitava de inúmeras reformas para se tornar plenamente habitável, e não possuía eletricidade nem abastecimento de água por tubulação. Contudo, Carolina foi obrigada a se ajustar àquela nova realidade de vida. Para complementar os poucos rendimentos provenientes dos direitos de publicação, ela cultivava em sua terra e criava bichos que eram vendidos para nutrir seus familiares. Em diversos momentos, recolhia papel com o propósito de comercialização. Dessa maneira, prosseguia com sua jornada, sem negligenciar seus costumeiros momentos de leitura diários (Almeida; Rodrigues, 2025).

O falecimento de Carolina foi em 13 de fevereiro de 1977, em sua terceira idade, com 63 anos. A autora apresentava dificuldades respiratórias e veio a óbito no trajeto para a unidade hospitalar. A família carecia de recursos para um sepultamento adequado, tentaram solicitar auxílio à mídia para que arcassem com os gastos do funeral, porém, sem sucesso. Foi nesse momento que os moradores da vizinhança se mobilizaram para cobrir os custos do enterro, sem ter ornamentação floral, assim os vizinhos de última hora, providenciaram as flores, buscando-as na rua para sua derradeira despedida.

4.2 Apontamentos sobre a maternidade em Quarto de despejo - diário de uma favelada

A representação da figura de "mãe preta" que Carolina traça claramente redireciona a discussão racial do domínio da ternura para a agressão. Em *Quarto de Despejo*, a mulher negra que assegura seus próprios objetivos e coloca suas crianças em primeiro lugar evidencia um cenário de desigualdade extrema. Nesse contexto, as consequências tangíveis da maternidade expõem as amplas discrepâncias sociais enfrentadas pelas mulheres de cor.

A procura por condições de vida mais favoráveis foi o que direcionou esse movimento migratório rumo à cidade de São Paulo, local em que Carolina se fixaria de forma permanente no ano de 1937:

A cidade de São Paulo era a sucursal do paraíso. Algum dia irei. E este dia chegou: dia 31 de janeiro de 1937, eu deixava a Franca com destino a São Paulo. [...] Tinha a impressão de estar transferindo-me de um planeta para outro. Não senti a sensação almejada. Contemplava tudo com indiferença, sentia profundo pavor da cidade industrial. Porquê? Não sei. Olhava aquele povo bem vestido: “será que todos eles são ricos?”. Olhava os brancos: estavam bem vestidos; olhava os prêtres: estavam bem vestidos. Os que falavam, tinham dentes na boca e sorriam. E se o povo esta sorrindo entao a cidade é boa. Aquela tristeza que senti foi desaparecendo aos poucos. Só no interior eu era tranquila; mas percebi que o meu pensamento ia modificando-se. Era uma transição que não me era possível domina-la. Que desordem mental tremenda. Sentia ideias que eu desconhecia como se fosse alguém ditando algo na minha mente. Um dia apoderou-se de mim um desejo de escrever: escrevi (Jesus *apud* Meihy; Levine, 1994, p. 184-185).

Pela concepção da maternidade negra, seguindo fatos históricos sempre existiu uma figura de mãe negra sobre os cuidados e desejos de acolher. Entretanto, a sofrida rotina de lidar com o desemprego, desigualdade social e relações raciais afetam diretamente no comportamento e educação dos seus filhos. Baseado na ordem cronológica da evolução de leis e normas regulamentadas no Brasil, é notório observar falhas destas implementações, sobretudo em populações vulneráveis.

O sistema trabalhista oprime as mães a afastar-se de seus familiares devido ao excesso de horas de serviço, incluindo também a falta da rede de apoio. O afeto deve ser cultivado diariamente, com o laço materno, os filhos percebem a demonstração de carinho, compromisso e saber com quem contar em quaisquer circunstâncias. Isso reflete de forma negativa na criação das crianças de mulheres negras, pela ausência de vínculos e momentos oportunos encarregados ao benefício.

A obra literária mostra a transição das vivências e dos afazeres domésticos. Acerca das lacunas, as reflexões mais observadas pela invisibilidade de conseguir as necessidades básicas para sustentar o lar da forma adequada. Carolina tinha que seguir com seu trabalho para colocar o alimento na mesa todos os dias; assegurar a comida diária surgia tanto em períodos de enfermidade, seja dela ou uma das crianças. Já em dias chuvosos e aos domingos correspondiam o mesmo perigo pela ausência de papel nas ruas. Nos dias em que trabalhava, percorrendo a cidade por horas em busca de coletar o material, as alternativas eram acompanhadas pelos filhos ou deixá-los em casa. Era comum que Vera Eunice, a caçula fosse junto a ela, pois José Carlos e João José, os filhos mais velhos, já frequentavam a escola desde o início do livro (Knihs, 2024).

Ela relata que ansiava a deixar seus filhos sozinhos, principalmente a mais nova por não saber defender-se sozinha, e ainda se culpava através do cenário difícil. Estabelece a situação

de se acusar pelas maleficências do mundo, que na época não havia dignidade alguma às pessoas negras e muito menos nas favelas:

Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. Eles não têm culpa de estar no mundo (Jesus, 2014, p. 22).

Quando os levava para o trabalho, Carolina seguia com o saco onde colocava os papéis, com a caminhada longa e horas de serviço, que por vezes as crianças desapareciam do seu campo de visão, e como mãe, ela ficava apreensiva e saía a sua procura, a insatisfação de ter que andar em lugares prejudiciais à saúde:

Procurei a Vera, não encontrei. Gritei, não apareceu. Fui na Portuguesa de Desportos. Já está iniciando os festejos juninos. Ela não estava lá. Fui no ponto de bonde três vezes. Eu já estava pensando ir no Juizado de Menores, ia gastar o dinheiro reservado para o pão. Quando cheguei na favela para pegar os documentos, para eu ir na cidade, a Vera estava procurando-me. Disse-me que estava procurando balões. E que estava cansada de correr (Jesus, 2014, p. 47).

Conforme Batista *et al* (2023), os filhos brincavam no quintal onde passava rede de esgoto, além de testemunhar ações violentas, dependências de drogas lícitas e ilícitas, e presenciar gestos obscenos. Tais atos geravam um imenso desprazer em Carolina, por isso afligia seus pensamentos que percorria em relação a criação das crianças e como seria o futuro residindo num local como aquele.

Acerca da criação deles, ela os protegia como podia e, nos dias chuvosos costumava sair de casa sozinha para a jornada trabalhista, mesmo sabendo que os filhos estavam correndo perigo também dentro da própria residência como cita na obra, pelas violências sofridas quando saía para buscar alimento, entendia que era melhor os resguardar da chuva para evitar qualquer enfermidade: “14 DE JUNHO. [...] E hoje é sábado. Os favelados são considerados mendigos. Vou aproveitar a deixa. A Vera não vai sair comigo porque está chovendo. (...) Ageitei um guarda-chuva velho que achei no lixo e saí.” (Jesus, 2014, p. 52).

A angústia da favela tomou conta dos pensamentos da autora, principalmente no momento do puerpério de um dos seus filhos, Vera Eunice. Situações precárias vivenciadas pela família, e o medo estampado nos olhos da mãe que todos os dias hesitava a perdê-los. Temia e ficava sozinha nesse período delicado, tendo que cuidar e realizar afazeres domésticos, e assim não podendo contar com a vizinhança:

[...] Quando nasceu a Vera eu fiquei sosinha aqui na favela. Não apareceu uma mulher para lavar minhas roupas, olhar os meus filhos. Os meus filhos dormiam sujos. Eu fiquei na cama pensando nos filhos, com medo deles brincar nas margens do rio. Depois do parto a mulher não tem forças para erguer um braço. Depois do parto eu fiquei numa posição incomoda. Até quando Deus deu-me forças para ajeitar-me (Jesus, 2014, p. 49).

A maternidade para Carolina Maria de Jesus tem uma variedade de experiências e nuances que perpassa pelo contexto de classe, gênero e raça, gerando esperanças devido os direitos e deveres como cidadã e mãe. Descrevia como a ausência de políticas públicas instituídas pelo Estado no oferecimento ao acesso do direito básicos e deixavam as minorias desfavoráveis mediante a políticas sociais. No desserviço de proteção e mantendo seus filhos ao acaso da marginalização e preconceito pela comunidade.

De acordo com Soares e Miranda (2022), a produção textual da autora provoca para diversas perspectivas no tocante a declaração política, à posição da população negra, simultaneamente às manifestações temáticas assegurados juntamente de elos estruturais ao colonialismo fidedigno do país:

06 DE JUNHO. O José Carlos faz dias que não para em casa. Quando chega para dormir é dez e meia da noite. Hoje de manhã ele apanhou. Avisei-lhe que se chegar as 10 da noite não abro a porta. (...) Comprei um pão as 2 horas. E 5 horas, fui partir um pedaço já está duro (...) O pão atual fez uma dupla com o coração dos politicos. Duro, diante do clamor publico (Jesus, 2014, p. 46).

Desenvolve através de sua obra literária o termo maternagem, que corresponde a atividades cotidianas ligadas ao afeto maternal. Em busca do bem-estar dos filhos, estava disposta a arriscar sua vida com objetivo de sustentá-los, e aguentar a dor de sobreviver. O ambiente insalubre e discriminado pela população, o sentimento de tristeza tornava-se realidade rotineira mediante as ameaças da vizinhança, desde quando se mudou para a região. Mesmo diante das adversidades, designados a padecer, por diversas vezes pensou em desistir e cometer suicídio, porém via o brilho de vitalidade nas crianças e por eles resistiu e escrevia nos cadernos no intuito de transformar suas vidas.

Revela os cuidados, manter felizes com o mínimo ofertado, pois era o que podia realizar no momento, a atitude de desempenhar a função de boa mãe fazia presente quando relatava que cozinhava, dava banho, educava e criava para serem pessoas reconhecidas no futuro. O modo de externar a responsabilidade fazia parte da maternagem, além de apresentar a religiosidade que representava amor e carinho:

Levantei. Obedeci a Vera Eunice. Fui buscar agua. Fiz o café. Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com

farinha. Eu estava indisposta, resolvi benzer-me. Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado (Jesus, 2014, p. 10).

Leva em consideração, o zelo e a preocupação pela segurança, principalmente da filha mais nova, Vera Eunice, devido ser menina, e sobre os perigos que pode correr. Preservava o caráter e personalidade, livrar de qualquer armadilha da sociedade, a fim de tornar relevante o significado da palavra maternagem. A noção sensível de mãe evidencia olhares maldosos e percebe quando alguma coisa está inadequada:

O meu pensamento começou a desvendar a sordidez do cigano. Ele tira proveito da sua beleza. Sabe que as mulheres se iludem com rostos bonitos. Ele atrai as mocinhas, dizendo que casa com elas. Satisfaz seus desejos e depois manda elas ir embora. (...) Agora eu compreendia os seus olhares com a mocinha. Isto me serve de advertência. Nunca hei de deixar a Vera na casa de quem quer que seja (Jesus, 2014, p. 133).

O respeito dos filhos falava ao coração, porque além de deixar a bebida alcoólica, as pessoas ao redor julgavam-na por largar a embriaguez, mas esse comportamento fazia com que perdesse a confiança dos filhos. A autora deduzia a desobediência e, sobretudo o abandono de quem tanto amava. Fortalecia a ideia de não dever satisfação a ninguém, somente para sua família.

Sua renda financeira era desfavorável para manter suas crianças, a condição precária gerava fome e nunca sobrava para agradá-los ou realizar suas vontades, por mais que fosse o seu maior desejo, ela preferia comprar ou encontrar livros na coleta do que desperdiçar ou pedir para consumir álcool, e quando precisava solicitar algo para alguém era alimento para si e seus filhos:

Tem pessoas aqui na favela que diz que eu quero ser muita coisa porque não bebo pinga. Eu sou sozinha. Tenho três filhos. Se eu viciar no álcool os meus filhos não irá respeitar-me. Escrevendo isto estou cometendo uma tolice. Eu não tenho que dar satisfações a ninguém. Para concluir, eu não bebo porque não gosto, e acabou-se. Eu prefiro empregar o meu dinheiro em livros do que no álcool (Jesus, 2014, p. 62).

Suas narrativas são tomadas pelas dificuldades diante da maternagem. Para fugir da realidade, estimava a felicidade e não pensava no entristecimento cotidiano. Noites em claro imaginando como resolveria a qualidade de vida da sua família e, a insônia revelava seus maiores propósitos, por meio de belezas e riquezas, fantasiava para escrever o trecho a seguir, e escrevia com intuito de declarar as metas de ser venerada:

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto

escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (Jesus, 2014, p. 50).

A vida através de sua escrita deixou marcas, revelou sua história e determinou perspectivas de outras pessoas ao decorrer dos anos. Carolina levava em consideração os sonhos de sair da favela e viver uma vida digna e repleta de chances, para ter uma visão ampla a respeito de oportunidades. Assim, acordava de madrugada para escrever o que imaginava, coisas extraordinárias passava pela sua mente, onde precisava criar fantasias para evitar de lembrar que residia num lugar com a ausência do básico para sobreviver.

No que concerne o entrelace da maternidade e maternagem no livro de Carolina, os cadernos guardaram por anos a fome, dor, desespero e inacessibilidade ao direito de viver com dignidade, entretanto é possível analisar a educação e ato de amor através de querer promover bem-estar para os filhos, aliando-se a fé para acreditar em dias melhores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maternidade se encarrega de várias atribuições, de realizar com responsabilidade e planejamento, porém no Brasil esse papel recai pelas consequências e a falta de uma boa estrutura familiar, renda financeira estável, moradia adequada, lazer qualificado, rede de apoio e ausência de trabalho digno. Desde a feminilidade imposta pelo homem a respeito da mulher ser obrigada a gerar filhos e ter exclusividade no cuidado e educação.

Ela era inserida em um cenário para atender às necessidades masculinas, o que a isolava da sociedade. Isso a impedia de experimentar oportunidades e de traçar seu próprio caminho, silenciando tanto suas vontades quanto sua liberdade de expressão. Negadas a querer transformar o rumo da trajetória e delegadas somente a aceitar o que seu cônjuge estabelecia.

A representação literária da maternidade frequentemente estabelecia um paralelo com o domínio religioso. A base teórica desse pensamento masculino sustenta que a construção da imagem feminina, fundamentada na natureza atribui à mulher características como fragilidade, beleza e submissão. Tal idealização resulta na desumanização das mulheres que divergem desse perfil normativo.

No período escravagista, as mulheres brancas e donas dos Casarões tinham seus filhos, mas não davam a eles suporte para sustentar com carinho, zelo, amor e cuidado. Assim chamadas de amas-de-leite, as mulheres negras eram forçadas a deixar suas crianças, muitas vezes recém-nascidas, o que abdicaram de seu tempo, para cuidar e prestar serviços aos filhos dos donos da Casa Grande.

O termo maternidade para as mulheres negras se limitava à atitude de cuidado, responsabilização e à especificação de uma função compulsória. O matrimônio era um conceito descartado, pois elas foram trazidas de seus países de origem para serem escravizadas e submetidas a diversas formas de sofrimento, além de perder contato com sua família e filhos.

As responsabilidades como amamentação, higiene, vestuário, educação e instrução verbal dos filhos das mulheres brancas recaíam sobre as mães pretas. A ironia reside no fato de que essas mesmas tarefas, cruciais para a definição social do que significava ser mãe. Elas serviam para ensiná-los a ter caráter, respeito e zelo durante o crescimento e formação das crianças, o que eram arrancadas e proibidas de dedicar sua atenção a quem amavam, trabalhavam arduamente às mulheres e filhos que nunca tinham visto na vida.

Embora o novo conceito de maternidade se apresente como diferenciado, ele revela uma hierarquia social: mães em relacionamentos matrimoniais são mais respeitadas pela população.

Em contraste, a mãe solo é constantemente submetida a julgamentos e dúvidas sobre a qualidade de sua maternidade.

Ainda na infância, meninas negras passam pelo processo de abandono paterno, o que acaba perpetuando a dificuldade de confiar em outras pessoas e afasta a felicidade de viver uma vida amorosa. Ao observar experiências de antecedentes familiares acerca da ausência masculina, demonstra receio de iniciar algo novo e a preocupação em não manter um vínculo afetivo estável com um parceiro, disposto a aceitar uma mulher previamente fragilizada e insegura, complicam no desempenho da confiança. Dessa forma, torna-se cada dia mais complexo validar e retribuir demonstrações de afeto.

Pelas condições vinculadas ao desemprego, desigualdade social e as questões raciais criam uma rotina sofrida que prejudica o comportamento e a educação dos filhos. É notório que a evolução cronológica das leis e normas regulamentadas no Brasil demonstra a insuficiência de suas implementações, particularmente no apoio às populações vulneráveis. É fundamental reconhecer que a mãe é, antes das suas funcionalidades e responsabilidades, uma pessoa integrada de particularidades. Ela concilia o papel de mãe com o exercício de atividades profissionais, a prática do autocuidado, e a inegável necessidade de momentos de descanso, pela indisponibilidade de uma rede de apoio para ter lazer e uma qualidade de vida.

A obra *Quarto de despejo - diário de uma favelada* (1960), transcreve como a maternidade refletiu em dificuldades para a autora Carolina Maria de Jesus, uma mulher negra, sem alfabetização completa e pertencente a uma família vinda de uma classe social pobre e moradora de favela. Mantinha seus filhos com o suor de seu trabalho como catadora de lixo. Com a sua vida e família fragilizada, sai da sua cidade natal e vai em busca de novas oportunidades, entretanto encontra adversidades e opressão.

Moradora da Favela do Canindé, na grande São Paulo, construiu sua casa com restos de materiais que encontrou no serviço para abrigar seus três filhos no sofrimento e miséria que prendia ela e pedia sua morte, mas o que a sustentava era o amor que tinham pelas crianças e, que por mais humilhante que era viver e dor de fazer sua família passar, lembrava que era a única segurança e pessoa que tinham para conviver e trazer conforto. A necessidade de levar seus filhos para o trabalho desumano era sua rotina com a falta de proteção estatal, dias sem ter alimento e anseio sem um final feliz. Em um dia de jornada, encontrou um caderno e fez dele seu refúgio, para escrever o suplício como forma de desabafar em palavras tudo que passava. Desespero, fome, preconceito, desigualdade racial, marginalidade, desemprego, fazendo de sua força o carinho e afeto pelos filhos. Os entraves quando se tratava de prestar cuidado aos seus filhos era pela ausência de possibilidades e de manter uma vida qualificada.

A maternagem para ela servia de amparo, quando o mínimo tempo fazia parte, cozinhava, dava banho, ensinava-os a ter respeito, educação, afeto pelo próximo e amor pela vida. Escrevia seus sentimentos, indignação acerca de políticas públicas que assegura os menos favorecidos, a população às margens da sociedade, às minorias. A principal responsabilidade era dar bem-estar aos filhos, disposta a arriscar sua vida com objetivo de sustentá-los, e aguentar a dor de sobreviver, mesmo sem recursos, o que não faltava para ela era o amor de matinar.

Em seu diário escrevia suas vivências, no intuito de alguém encontrar e demonstrar interesse pelos seus diários, e assim, mudar sua trajetória. No dia 19 de agosto de 1960, a sua obra mais famosa foi publicada, *Quarto de Despejo - diário de uma favelada*. Seu livro foi traduzido em vários idiomas e desencadeou um alvoroço por mostrar a dura realidade de uma mãe-solo preta e pobre; fez viagens pelo mundo e entrevistas, mesmo assim não a ajudou como imaginava, saiu da favela para um lar que precisava de certos reparos e com o pouco ganho, estabelecia cultivo e venda de bichos para sustentar seus familiares.

Não abandonou a leitura, que se fazia presente no tempo livre, apesar da tristeza e angústia, considerava esse ato libertador, que afirmava seus conhecimentos e fortalecimento da moral. Carolina faleceu em 13 de fevereiro de 1977, aos 63 anos, em decorrência de dificuldades respiratórias e veio a óbito a caminho do hospital.

A maternidade moldou e transformou sua vida e a deixou viva internamente, por mais que a tristeza corroía seu coração, ela deu vida aos seus filhos e os protegeu com o que pôde. Além de fazê-los pessoas de boa índole, não desistiu de seus sonhos e vontades de ver sua história sendo contada, o que implicou para que implementações de leis que garantissem direitos às minorias fossem criadas. Em sua imensa trajetória de descobertas e vivências, mudou a vida da população negra, tornando-se referência mundial pela sua luta e esperança em dias melhores para quem mais necessita.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jorlaine Monteiro Girão de; RODRIGUES, Kelcilene Grácia. DIÁRIO DE BITITA: A AUTOBIOGRAFIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS. **Afluente: Revista de Letras e Linguística**, v. 10, n. 27, p. 01–25, 27 Ago 2025 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/23812>. Acesso em: 12 set. 2025.
- BARBOSA, Alexsandra dos Santos; BRAGA, Sônia Maria Da Costa. A SOLIDÃO DA MULHER NEGRA E A MATERNIDADE SOLO: VIVÊNCIAS REAIS. **Revista Docentes**, [S. l.], v. 9, n. 27, p. 115–119, 2024. Disponível em: <https://periodicos.seduc.ce.gov.br/revistadocentes/article/view/1230>. Acesso em: 12 set. 2025.
- BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BARBOSA, Claudia de Faria; PIRES, Edmeire Oliveira; GREGÓRIO, Maria de Fátima Araújo di. Mães Solo: Disputas e Embates da Monoparentalidade Feminina na Contemporaneidade. **ODEERE: Revista Internacional de Relações Étnicas**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 19–40, 2023. DOI: 10.22481/odeere.v8i2.13341. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/odeere/article/view/16030>. Acesso em: 14 set. 2025.
- BORMANN, Maria Benedita Câmara. A ama. In: REIS, Maria Firmina dos; BORMANN, Maria Benedita Câmara. *Contos abolicionistas: A escrava e A ama*. São Paulo: Pince-nez, 2021. p. 16-22. *E-book* Kindle.
- CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. 9º ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Imagens de “mães pretas”: representações da maternidade e da escravidão na escrita de José de Alencar. **Revista Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 8, n. 2, 2006.
- CHINELATO, Yasmin Ferreira. MÃES À MARGEM: A CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE NO CONTEXTO DE ESCRAVIDÃO NOS ROMANCES AMADA E COMPAIXÃO DE TONI MORRISON. **Revista Primeira Escrita**, v. 7, n. 2, 2020. ISSN: 2359-0335.
- COLLING, Ana Maria. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CORPO FEMININO. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 28, n. 2, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/34170>. Acesso em: 3 dez. 2025.
- DÉLIA. A ama. *Gazeta da Tarde*. Edição 0025, 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=226688&pagfis=3343>. Acesso em: 30 set. 2025.
- DICIONÁRIO ELETRÔNICO. **Houaiss da Língua Portuguesa**. 2004. Verbetes: ‘abnegação’ e ‘sublime’.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

FARIAS, Ednólia da Silva. **Maternidade negra**: Um diálogo entre Carolina e Nnu Ego. 2024. 210 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Letras - Campus Bacabal) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

FARIAS, Tom. *Carolina: uma biografia*. Rio de Janeiro. Malê, 2018.

FIGUEIREDO, D. de L. S. As Joanas das Marias: corpos atravessados pela dor em *A ama*, de Maria Benedita Bormann e *A escrava*, de Maria Firmina dos Reis. **Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural**, Alagoinhas-BA: Laboratório de Edição Fábrica de Letras - UNEB, v. 13, n. 1, p. 75–96, 2023. DOI: 10.30620/pdi.v13n1.p75. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/pontosdeint/article/view/v13n1p75>. Acesso em: 20 out. 2025.

FLORÊNCIO, Roberto Remígio; LEITE, Vlader Nobre; RODRIGUES, Roberta de Macedo. Do quarto de despejo à sala de estar da literatura brasileira: ensaio sobre o diário de Carolina Maria de Jesus. **Revista Língua & Literatura**, [S. l.], v. 23, n. 41, p. 3–19, 2021. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/revistalinguaeliteratura/article/view/3857>. Acesso em: 20 maio. 2025.

FONTES, Nadja Costa Linhares. “Quarto de despejo”: a escrevivência de Carolina Maria de Jesus sob a ótica da análise de discurso crítica. **Revista Philologus**, v. 26, n. 78 Supl., p. 3055-72, 2020.

GALVÃO, Lize Borges. MÃE SOLTEIRA NÃO. MÃE SOLO! CONSIDERAÇÕES SOBRE MATERNIDADE, CONJUGALIDADE E SOBRECARGA FEMININA. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 1, n. 1, 2023. DOI: 10.9771/revdirsex.v1i1.36872. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872>. Acesso em: 2 dez. 2025.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: Sesi -SP Editora, 2014.

KNIHS, Maiara. AUTORRETRATO DE UMA MÃE NEGRA: QUARTO DE DESPEJO DE CAROLINA MARIA DE JESUS. **EntreLetras**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 79–104, 2024. DOI: 10.70860/ufnt.entreletras.e19348. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/19348>. Acesso em: 20 maio. 2025.

MORENO, Valfrida Emily Souza. **A literatura da vida real em “quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus**. 53 f. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em

Letras – Língua Portuguesa) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2022.

MORRISON, Toni. **Amada**. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NASCIMENTO, M. da C. A FORÇA DOS ESTEREÓTIPOS: DIFICULDADES PARA A EXPRESSÃO DE OUTROS MODOS DE EXISTÊNCIA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 10, n. 24, p. 166–182, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/579>. Acesso em: 4 dez. 2025.

PEREIRA, Maria do Rosário A. MULHERES NEGRAS RESISTEM NA FICÇÃO DE ESMERALDA RIBEIRO E CONCEIÇÃO EVARISTO. **Interdisciplinar - Revista de Estudos em Língua e Literatura**, São Cristóvão-SE, v. 34, n. 1, p. 31–46, 2020. DOI: 10.47250/intrell.v34i1.14622. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/14622>. Acesso em: 3 out. 2025.

RESENDE, Deborah Kopke. MATERNIDADE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 2, n. 4, jul./dez. 2017. ISSN 2448-0738.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das letras, 2018.

RODRIGUES, Larissa Ferreira; NASCIMENTO, Venícius Bernardo do; MARQUES, Natália Santos. A replicação de estereótipos de raça em personagens pretas na produção cinematográfica brasileira entre os anos de 2012 e 2019. **Revista Ciências Humanas**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2025. DOI: 10.32813/2179-1120.2025.v18.n1.a1063. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/1063>. Acesso em: 10 out. 2025.

SALÚSTIO, D. **Mornas eram as noites**. Lisboa: Instituto Camões, 1999.

SANTOS, A. L. P.; COITO, R. DE F. Quarto de despejo: onde há poder, há resistência. **Signo**, v. 45, n. 84, p. 32-39, 1 set. 2020.

SOARES, Macksa Raquel Gomes; MIRANDA, Déborah Alves. Carolina Maria de Jesus: voz e escrita decolonial que reescrevem a favela, na obra Quarto de Despejo, (1960). Darandina **Revista Eletrônica, Juiz de Fora**, v. 15, n. 2, 2023. DOI: 10.34019/19838379.2022.v15.39377.

SOUZA, Alessandra Corrêa de; ROCHA, Lara Beatriz Aragão da; FONSECA, Evelyn Ralyne Freire. A MATERNIDADE E A MATERNAGEM EM “QUANTOS FILHOS NATALINA TEVE?” E “OLHOS D’ÁGUA” DE CONCEIÇÃO EVARISTO. **Revista de Letras Norte@mentos**, [S. l.], v. 16, n. 44, 2023. DOI: 10.30681/rln.v16i44.11129. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/11129>. Acesso em: 9 set. 2025.

SOUZA, Ana Luiza de Figueiredo. Contos da Maternidade: As Novas Dinâmicas Maternas na Literatura Brasileira Contemporânea. **Revista Cadernos da Escola de Comunicação**, v. 16, nº. 1, jan-dez 2018, p. 96 – 111. ISSN 1679-3366.

SOUZA, Aparecida Darc de; NOAL, Sara Munique. CAROLINA MARIA DE JESUS: UM OLHAR PARTICULAR SOBRE O MUNDO. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 155–174, 2021. DOI: 10.35355/revistafenix.v18i1.1055. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/1055>. Acesso em: 12 set. 2025.

VASCONCELOS, Vania. Maternidade, negritude e literatura. **Revista Interdisciplinar**, São Cristóvão, UFS, v. 32, p. 75-88, jul.-dez. 2019.

VIEIRA, Joyce Pereira. Entre correntes e laços: a tragicidade da escravidão feminina em "A ama" (1884), de Délia e "A escrava" (1887), de Maria Firmina dos Reis. **Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 446–464, 2025. DOI: 10.12957/palimpsesto.2025.86916. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/palimpsesto/article/view/86916>. Acesso em: 1 out. 2025.

VOLPINI, Javer Wilson. **O literário feminino nos romances oitocentistas de Délia: tradição e ruptura**. 2019. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Literários) – Faculdade de letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.